

## A exploração romana do mármore no anticlinal de Estremoz: extração, consumo e organização

ANDRÉ CARNEIRO<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de História da Universidade de Évora, ampc@uevora.pt; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0824-3301>. Investigador integrado do CHAIA/UÉ – Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora – Ref.<sup>a</sup> UID/EAT/00112/2013; investigador colaborador do CECH/FLUC – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

## L'Exploration romaine du marbre dans l'anticlinal d'Estremoz: Extraction, consommation et organisation

**RÉSUMÉ:** Nous présentons les premiers résultats du projet de recherche sur l'exploration du marbre dans l'anticlinal d'Estremoz à l'époque romaine. Nous réalisons un premier bilan sur le panoramique de la recherche, en soulignant que les deux dernières décennies ont apporté un renouvellement complet des perspectives traditionnelles, bien que les travaux récents continuent à porter surtout sur les *points de réception*, manquant encore des études sur les *zones d'extraction*, une situation que le projet en cours veut commencer à contrarier. Nous analysons ensuite quelques problématiques sur l'exploration du marbre dans la région de l'anticlinal, en particulier dans les questions se rapportant à la gestion et supervision des travaux, démontrant indiscutable l'intérêt que la maison impériale lui a consacré, à partir de l'action de *Lucius Fulcinius Trio*, légat de l'empereur Tibère, dans la promotion de grands programmes de construction à *Augusta Emerita* et dans la promotion d'actions de conciliation dans la région. L'importance du marbre comme produit économique et symbole de prestige est aussi discutée.

En suivant l'axe de la recherche, nous analysons les évidences d'exploration encore conservées dans la région, ainsi que les sites archéologiques qui ce sont consacrés possiblement à l'extraction et les premiers travaux. La relation avec les voies et avec le réseau restant de peuplement est analysée aussi, en cherchant à entendre le mode par lequel le système économique local s'est organisé en fonction de l'exploitation et dans les autres valences du territoire.

Dans cette perspective, nous cherchons aussi à valoriser le mode dont tout au long de la diachronie les productions de marbre dans l'anticlinal ont été entendues en tant que produit d'exception employé dans les constructions les plus diverses et par les pouvoirs les plus diversifiés, que ce soit dans le domaine public, privé ou, à partir de la fin de l'Empire, au travers de l'action de l'Eglise.

## The Roman marble exploration at the Estremoz anticline: extraction, consumption and organization

**ABSTRACT:** We present the first results of the research project on the exploration of marble in the Estremoz anticline during Roman times. An initial assessment of the research landscape is carried out, emphasizing that the two decades have brought a total renewal of traditional perspectives, although recent work continues to be mainly about *reception points*, with a lack of studies on *extraction areas*, something that this study attempts to address. After this, we analyse some problems regarding the exploitation of marble in the anticline region, especially in the matters related to the management and supervision of the works, and the undisputed interest that the imperial house dedicated, starting from the action of *Lucius Fulcinius Trio*, a legacy of Emperor Tiberius, in the promotion of major construction programs in *Augusta Emerita* and in the promotion of conciliatory actions in the region. The importance of marble as an economic product and symbol of prestige is also discussed.

Following the axis of research, we analyse the preserved evidences of exploration in the region, as well as the archaeological sites that were possibly dedicated to extraction and used as primary worksites. We also analyse their relation with the roads and the rest of the settlement networks, while trying to understand how the local economic system was organised in function of the exploration and other territorial advantages.

In this perspective, we have also tried to value the way the marble productions of the anticline were understood as an exceptional product over the years, and employed in diverse constructions by different powers that be, be it public, private or, from the end of the Empire, through the action of the Church.



## 1. PORQUE ERA O MÁRMORE IMPORTANTE?

O interesse pelo mármore é herdado: Roma adquire o fascínio que a cultura grega sentira por esta matéria-prima. As razões são naturais: o brilho imanente, a facilidade na modelação, a diversidade cromática, mas também a resistência ao tempo. Este aspeto era fundamental, pois as matérias-primas da Península Helénica, demasiado porosas e friáveis, não tinham esta qualidade. Note-se o exemplo de dois templos construídos ao mesmo tempo, sob o mesmo supervisor: Ictino (com Calícrates) foi o responsável pela construção do emblemático Partenon de Atenas, ainda hoje o símbolo máximo da capital grega, mas em simultâneo projetou o templo de Apolo Epicurio em Bassae, nas montanhas da Acádia. Esta construção empregou os calcários cinzentos da envolvente e foi no seu tempo emblemático, por ter sido uma das primeiras obras que utilizou o estilo coríntio. Todavia, jaz hoje em ruínas, um amontado informe de pedras, desmontado e desgastado pela erosão natural do tempo.

Por este motivo, o Império Romano, uma construção sociopolítica que os próprios julgavam que iria ser eterna, fez do mármore um elemento do mais elevado valor simbólico. Pela perenidade do material, mas também pelo seu valor cosmocrático, pois existem jazidas de pedras ornamentais em vários pontos do Império: por este motivo, Augusto irá mandar pavimentar o *Forum Augustum* da capital com mármores de todas as províncias, evidenciando o papel da capital imperial enquanto *Roma caput orbis Terrarum* e o seu próprio papel como *Principes* de uma *Aurea Aetas* na qual o globo está pacificado e o Imperador controla os recursos disponíveis em qualquer parte.

A Igreja manteve o mármore como um elemento central no modo como transmitia sensações de maravilhamento, fundamentais para a homilia. Gregório de Tours (538-594), uma das figuras essenciais na afirmação

da Igreja no conturbado mundo pós-Imperial da Gália e grande promotor edilício de novos templos, escreveu: “The fear of God is in it and a great brightness is seen, and in the spring a very pleasant fragrance as if of spices is perceived there by the devout. It has near the altar walls of variegated work adorned with many kinds of marble”<sup>2</sup>.

Pelo texto se percebe claramente como se procurava uma multissensorialidade – os odores do incenso, o brilho da luz refletido nos mosaicos, pinturas ou mármores, além dos sons trazidos pelos cantos – que pretendia embalar o crente, conduzindo-o a um outro nível de consciência. E nesse sentido o mármore é fundamental, pois no seu brilho intrínseco e na sua pureza simboliza o desejado *Caelum in Terrae*.

## 2. UM OLHAR GLOBAL SOBRE A PANORÂMICA DA INVESTIGAÇÃO

O mármore de Estremoz/Vila Viçosa ainda não ocupa o lugar merecido na investigação sobre os recursos pétreos mais relevantes em época romana. A título de exemplo, veja-se que o insubstituível manual de referência sobre a construção em época romana, escrito por Jean-Pierre Adam, não menciona os mármores do anticlinal – nem qualquer produção hispânica – entre os “most frequently exploited rocks that were highly valued”<sup>3</sup>.

Apesar de nas últimas décadas o interesse ter aumentado, com um sustentado acréscimo no número de referências, podemos considerar que esse olhar tem sido lançado a partir do exterior, ou seja, porque alguns investigadores identificaram produções do anticlinal em pontos de receção (cidades romanas ou residências rurais), no âmbito dos chamados estudos distributivos. Ora, este reconhecimento depende da compreensão dos investigadores: se estes estão familiarizados com os mármores estremocenses e calipolenses, então são identificados e mencionados como tal; se, pelo contrário, nunca com eles contactaram, os mármores são considerados como de outras proveniências (a atribuição errada a Luni-Carrara é um clássico, dadas as semelhanças globais).

Portanto, apesar do interesse exterior, continuamos a verificar que o mármore do anticlinal é, em grande parte, ignorado ou não reconhecido como sendo proveniente desta região. Apesar da visita ao anticlinal de vários investigadores, que colhem amostras e as levam para os laboratórios de referência de modo a permitir futuras identificações, muitos colegas não conhecem *in loco* a variedade de tipos e formas pétreas.<sup>4</sup> Embora nos

<sup>2</sup> Gregório de Tours (538-594), History 2.16, trad. P. Halsall.

<sup>3</sup> Adam, Jean-Pierre. *Roman building. Materials and techniques*. London, New York: Routledge, 2005, 22.

<sup>4</sup> Ver Moreira, Noel e Luís Lopes neste volume.

últimos anos a generalização de análises arqueométricas tenha começado a colmatar estas lacunas, estes estudos são ainda escassos e, sobretudo, não permitem documentar produções mal recenseadas. Mas esta circunstância deriva também de uma outra realidade: nunca se verificou uma investigação séria, sustentada e empenhada, que permita caracterizar e divulgar as zonas de produção marmórea em época romana no anticlinal de Estremoz e Vila Viçosa.

Podemos invocar um outro exemplo paradigmático, mais próprio da investigação portuguesa e lusitana (aqui entendida no sentido da província romana). Para o grande público, o estudo de maior difusão continua a ser a apresentação feita por Fernando Real de *A mineração romana: exploração de materiais não metálicos* em catálogo de uma exposição promovida pelo Museu Nacional de Arqueologia em 1997<sup>5</sup>. Esse trabalho apresenta seis páginas, das quais duas são mapas, e é complementado por um *case study* relativo ao estudo de Pierre André sobre o consumo de mármore na *villa* de Torre de Palma (mais três páginas). No trabalho de Fernando Real, o mármore não é individualizado, estando incluído no âmbito dos “minerais e rochas”, que inclui todos os materiais pétreos no sentido mais lato do termo. Se compararmos o peso específico deste capítulo com os relativos a outras fontes de exploração, verificamos que “A água” ocupa 13 páginas, resultantes de uma monografia publicada poucos anos antes pelos autores,<sup>6</sup> sendo complementada com outro *case study* de 2 páginas; “Os recursos marinhos” beneficiam de 24 páginas, com mais 7 de estudos específicos; “Os metais” contam com 11 páginas; e “A tecnologia agrária romana” tem 12 páginas, acrescendo outros *case studies* com 7 páginas. Percebe-se, portanto, o peso específico dos mármores na investigação portuguesa.

Podemos considerar que se trata de um caso particular, não extrapolável, mas, na realidade, corresponde a uma tendência da investigação. O mármore do anticlinal – e, note-se, também outras produções de pedras ornamentais do território português, no sentido mais amplo do termo latino *marmor*, que se referia a esta larga aceção – não mereceu da investigação uma análise atenta, que permitisse recensear:

- locais de extração;

<sup>5</sup> Real, Fernando C. S. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”. In *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*, ed. Adília Alarcão, 77-82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.

<sup>6</sup> Quintela, Armando, José Luís Cardoso, e José Manuel Mascarenhas. *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, 1986.

- áreas de apoio à laboração;
- infraestruturas de trabalho;
- espaços de vida e de morte;
- canais de escoamento do produto.

Ou seja, os resultados da investigação têm estado mais centrados nos pontos de receção do que nas áreas de produção. E este facto comporta substanciais dificuldades à análise, na medida em que muitas produções não são reconhecidas como de Estremoz, porque a cartografia do anticlinal não está realizada.

Tomemos o estudo pioneiro de Jorge de Alarcão<sup>7</sup> sobre a cidade de *Conímbriga*, onde se analisa com detalhe a arquitetura e edilícia da *urbs*. Pela primeira vez para um sítio arqueológico do território português, documentava-se o extenso aprovisionamento que o projeto de construção urbano implicava, bem como a amplitude das redes de abastecimento das pedras necessárias à construção e, sobretudo, à ornamentação dos espaços públicos e privados. Tornava-se assim evidente que, mesmo para um território tradicionalmente considerado periférico como a fachada atlântica, e para um aglomerado urbano de menor importância como a *urbs* conimbrigense, se emulavam os princípios e comportamentos patentes na própria metrópole, visto que em Roma os circuitos de fornecimento traçavam rotas provenientes de todo o território imperial.<sup>8</sup> Em toda a cidade documentou-se uma relevante utilização do mármore de Estremoz/Vila Viçosa nos ornatos mais nobres da arquitetura pública, o que na altura constituiu uma absoluta novidade, pois não se havia considerado que o circuito de distribuição estivesse orientado para a região central do atual território português.

Apesar do valor informativo que a publicação de *Conímbriga* trouxe para o panorama da investigação, verifica-se que não houve um acrescido interesse pelas fontes de extração. Este facto fez com que, de modo paradoxal, o estudo do mármore do anticlinal decorresse mais a partir dos locais de descarga e uso do que na zona de origem. Tal premissa provocou duas consequências profundamente danosas para a investigação:

- por não se ter realizado trabalho de terreno que permitisse documentar as pedreiras romanas, verificou-se que estas foram destruídas sem qualquer acompanhamento arqueológico, a partir do *boom* de exploração registado nos inícios da década de 80.

<sup>7</sup> Alarcão, Jorge de, e Robert Étienne. *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga I*. Paris: Diffusion E. de Boccard, 1977.

<sup>8</sup> Pensabene, Patrizio. *I marmi nella Roma antica*. Roma: Carocci, 2013.

- Salvou-se um único exemplo, documentado pelos vestígios de exploração romanos na pedreira de Vigária (Vila Viçosa);<sup>9</sup>
- tão ou mais relevante do que o anterior: criou a *invisibilidade* da presença de mármore do anticlinal nos locais de receção. Ou seja, como os tipos marmóreos na sua origem não eram documentados, o mármore de Estremoz era geralmente atribuído a outras proveniências (Luni-Carrara com mais frequência, como foi referido anteriormente).

Por estes motivos, o reconhecimento do mármore de Estremoz como elemento relevante nos circuitos económicos do Império foi sempre secundarizado ou mesmo, completamente ignorado. Em várias obras de análise das produções económicas na *Lusitania* romana o mármore não surge mencionado, ficando na sombra de produtos que indiscutivelmente tiveram relevância, como a mineração do ouro, as produções de preparados piscícolas, ou de vinho e azeite, mas que não devem obscurecer o real peso económico do mármore na sua época.

Esta situação deriva também de um outro facto a montante da investigação atual: o mármore e as produções pétreas são completamente silenciadas nas fontes, não existindo qualquer referência literária antiga. Apenas Plínio-o-Velho<sup>10</sup> menciona cristal (de rocha?) de grandes dimensões e gemas de *chrysoliton* (crisólito) na “Serra de Ammaia”. A referência pliniana é indireta, a partir do livro perdido do lusitano *Lucius Cornelius Bocchus*, individualidade que voltaremos a encontrar mais adiante no presente texto. Todavia, sobre o bem mais famoso mármore do anticlinal, não encontramos nem uma linha escrita.

Em resumo, e apesar da atenção dedicada por Jorge de Alarcão, concedendo-lhe destaque em obras de síntese e de grande divulgação,<sup>11</sup> o mármore não foi objeto de um estudo continuado.

Em parte, a reversão da perspetiva foi possibilitada pela intensificação dos estudos arqueométricos aplicados à análise de proveniências. É certo que as produções do anticlinal levantam várias problemáticas do ponto

<sup>9</sup> Veja-se a fotografia que documenta a vista geral da exploração em 1976 em Real. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”, 82. É deste local que provêm os testemunhos de exploração romana exibidos junto à entrada do Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança, em Vila Viçosa, além dos indicadores referidos por Jorge de Alarcão em *Roman Portugal*. Londres: Warminster & Phillips, 1988a, 6-244: “fragmento de *terra sigillata* galo-romana com marca GEMINV e um fragmento de cerâmica de paredes finas pré-flaviana”. O único artigo sobre uma pedreira romana no anticlinal é o de Alarcão, Jorge de, e Tavares, António. “A roman marble quarry in Portugal”. In *Studia pompeiana and classic in honor of Wilhelmina F. Jashemski*, ed. Robert I. Curtis, 1-12. New Rochelle, New York: A. D. Caratzas, 1989.

<sup>10</sup> N. H. XXXVII, 24.

<sup>11</sup> Em especial, Alarcão, Jorge de. *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1988b, 135-137.

de vista metodológico, visto que a sua constituição geológica, do ponto de vista físico e químico, tem muitas semelhanças com as produções da zona de Almadén de la Plata (Sevilla).<sup>12</sup> Apesar das limitações que levam a que todos os resultados devam ser olhados com muita cautela, verifica-se que o mapeamento tem avançado a bom ritmo, permitindo determinar elementos previstos<sup>13</sup> mas, sobretudo, trazendo à luz rotas e circuitos até agora insuspeitos, que em muito aumentam a cartografia de circulação destes materiais.<sup>14</sup> Estes novos dados permitem, não apenas ampliar a escala dos circuitos de abastecimento mas, em simultâneo, perceber que a extração de mármore se amplia substancialmente no tempo, mantendo-se com plena dinâmica durante os séculos IV e V e mesmo durante os seguintes.

Note-se, contudo, que o recente avanço dos estudos arqueométricos – que não cabe aqui discutir em pormenor – trouxe significativos motivos de debate, mas não resolve outras problemáticas metodológicas. Um dos feixes de análise que interessava descobrir centra-se na aplicação de leituras petrográficas aos materiais epigráficos, conforme foi já notado de modo certeiro por Javier Andreu Pintado.<sup>15</sup> Quer nos materiais de cariz público – cuja análise poderia trazer numerosas informações sobre as encomendas promovidas pelas entidades estatais – quer no âmbito privado, a aplicação de metodologias rigorosas aos suportes epigráficos – cuja determinação é geralmente macroscópica, ou muitas vezes não é assinalada – permitiriam ultrapassar vários pontos difusos da investigação.

Todavia, os avanços na investigação realizados nos últimos anos trouxeram importantes temas novos para o debate e para a percepção da real

<sup>12</sup> Sobre estas questões e para uma panorâmica geral da investigação, veja-se Taylor, Ruth. “Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España): un análisis arqueológico”. Doutoramento, Universidad de Sevilla, 2017.

<sup>13</sup> O caso dos elementos marmóreos no templo de Évora: Lopes, Luís, João Carrilho Lopes, João Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”. *A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129-140.

<sup>14</sup> É o caso dos inovadores e incontornáveis estudos analíticos promovidos por Sergio Vidal Alvarez sobre os sarcófagos tardoantigos do centro/norte da Hispania guardados no Museo Arqueológico Nacional, e que adiante serão analisados como casos de estudo. Veja-se, em particular, Vidal, Sergio. “Análisis arqueométricos del sarcófago de Pueblanueva (Toledo) y estudio de cinco fragmentos de sarcófago procedentes de Pueblanueva en las colecciones del Museo Arqueológico Nacional”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 34 (2016): 195-210. Para outras metodologias de análise, veja-se Vidal, Sergio, e Virgínia García-Entero. “The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSEA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSEA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413-420. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

<sup>15</sup> Andreu Pintado, Javier. “Los marmora de Lusitania: su uso como soporte epigráfico”. In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*, ed. Virgínia García-Entero, 315-330. Madrid: UNED, 2012.

importância das produções do anticlinal estremocense e sua difusão à escala da *Hispania* e também do Império. Comprova-se que os circuitos de abastecimento eram muito direcionados: por exemplo, as produções das pedreiras do Sul, situadas na *Betica*, abastecem preferencialmente os âmbitos regionais da província, bem como as áreas levantinas (no-meadamente *Cartago Nova*), e que as pedreiras da costa mediterrânea da *Tarranconense* também alimentavam os programas em curso no território envolvente, quer em cidades como *Tarraco* ou *Barcino*, quer nos sítios privados da região nor-oriental da *Hispania*. No entanto, as grandes novidades recentes demonstram que, afinal, os circuitos de mármore de Estremoz/Vila Viçosa são mais amplos do que o esperado, entrando mesmo nos outros circuitos provinciais.

Veja-se, por exemplo, a presença recenseada em *Caesaraugusta*, a atual Zaragoza,<sup>16</sup> bem no interior da Península Ibérica, em zona onde existem vários recursos autóctones, mas na qual o mármore estremocense atingiu parâmetros de grande realce, dada a utilização em elementos de aparato. A identificação de um busto atribuído a Tibério (embora com interrogações) levantou importantes questões sobre o aprovisionamento do mármore de Estremoz aos circuitos das cidades interiores.

Mas mais surpreendente, talvez seja a chegada ao norte de África, até pelo facto de competir diretamente com os recursos locais de uma região bem fornecida neste aspeto,<sup>17</sup> dada a grande diversidade de pedras ornamentais que se podiam encontrar na região. Nestes casos, a proveniência de Estremoz está assegurada por estudos arqueométricos que permitiram determinar que um pedestal e um revestimento parietal em mármore rosa são provenientes da área de Vila Viçosa, com maior probabilidade. Falta realizar uma investigação sistemática que permita ampliar o leque de conhecimentos, pois seguramente que estas peças não viajaram isoladas, fazendo parte de cargas mais amplas que estarão por identificar.

Quanto ao centro da *Hispania*, trabalhos recentes vêm demonstrando a insuspeita quantidade de abastecimentos para programas públicos e privados, o que merece uma referência especial, dada a quantidade de casos que têm sido recenseados.

<sup>16</sup> Nogales, Trinidad, Pilar Lapuente, e Isabel Rodà, “Dos nuevos retratos de Caesar Augusta”. *Actes XIV Colloque International sur l’Art Provincial Romain. June 2015, Dijon, France. Iconographie du Quotidien dans l’Art Provincial Romain: Modèles Régionaux, 261-270*. Dijon, 2017.

<sup>17</sup> Antonelli, Fabrizio, Pilar Lapuente, David Dessandier, e S. Kamel. “Petrographic characterization and provenance determination of the crystalline marbles used in the Roman city of Banasa (Morocco): new data on the import of iberian marble in roman North Africa. *Archaeometry* 57, n.º 3 (2015): 405-425. O artigo remete para outros casos de estudo identificados na região onde o mármore de Estremoz também se encontra presente, como em *Volubilis*.

Efetivamente, ao contrário do que se supunha, as pedreiras de Estremoz não decaem na sua escala de produção com o passar dos séculos. Tradicionalmente, via-se a chegada do século III como sinónimo da reorientação produtiva na extração do mármore do anticlinal, o que se relacionava com duas causas: por um lado, a menor escala dos programas de edificação pública, que levava a uma menor *apetência* pela utilização de mármore novo, predominando o fenómeno de *spolia*, ou seja, a reutilização de mármores previamente disponíveis nos locais de abastecimento. Reciclando estes materiais presentes nos monumentos ao abandono não havia a necessidade de obtenção de mármores recém-extraídos. Por outro lado, encarava-se o progressivo domínio do mercado dos mármores nor-te-africanos e das áreas do Mediterrâneo Oriental (nomeadamente, as célebres oficinas de Afrodisias) como os causadores da progressiva míngua de exploração do anticlinal, pois tratava-se de produções de maior escala e menores custos, apesar de transportados a maior distância.

Nos últimos anos, a cartografia das produções marmóreas do anticlinal que estão presentes no centro da *Hispania* alteraram de modo significativo esta visão. A ampla difusão do mármore de Estremoz como integrante de faustosos programas decorativos em sítios de âmbito privado – as *villae* – foi demonstrada de modo inequívoco, pois os encomendantes das obras em curso recorrem a este mármore. Duas das mais monumentais *villae* do interior peninsular recebem abastecimentos estremocenses, conforme ficou documentado em Carranque (Toledo)<sup>18</sup> e, mais recentemente, na *villa* de Noheda (Cuenca).<sup>19</sup> Neste último local, a atribuição ao anticlinal é proposta a partir de dois achados de áreas separadas, sendo um proveniente da monumental sala triabsidada e outro do edifício termal. Esta situação demonstra a escala de aprovisionamento de que o sítio beneficiou, na medida em que ajudou a guarnecer todo o extenso programa decorativo de dois edifícios em simultâneo. Note-se ainda que na *villa* de Las Pizarras (Coca, Segovia), identificada com a *Cauca* de Teodósio, o mármore de Estremoz encontra-se em *crustae*, que no século IV guarnecem revestimentos parietais da *villa* áulica.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> García-Enterro, Virgínia, e Sérgio Vidal. “El uso del marmor en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*, ed. Virginia García-Enterro, 135–153. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

<sup>19</sup> Valero, Miguel Angel, Anna Gutiérrez García-Moreno, e Isabel Rodà. “First preliminary results on the marmora of the Late Roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21–26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 393–401. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

<sup>20</sup> Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Àlvarez, Anna Gutiérrez García-Moreno, Anna Domènec, e Hernando Royo. “Use of marmora in the ornamental program

Ou seja, em *villae* de referência, nos maiores programas edilícios privados dos séculos III e IV, o mármore do anticlinal estremocense encontra-se representado em quantidades apreciáveis, como elemento de exceção e prestígio.

Estes exemplos, assim como outros em curso de investigação, demonstram como o mármore de Estremoz foi um elemento preferencial nos programas iconográficos e decorativos nas sumptuosas edificações privadas dos séculos III e IV na *Hispania*. Para os aglomerados urbanos, alguns indicadores soltos existem também, embora necessitem de melhor contextualização, quer no que se refere aos contextos arqueológicos de proveniência, quer aos dados arqueométricos de precisão.

O grande campo de novidades provém, contudo, da sistemática reavaliação da produção de sarcófagos e de escultura funerária. Os trabalhos desenvolvidos por Sérgio Vidal-Alvarez e Virgínia García-Enterro têm provocado um notável fluxo de novos dados, que permite perceber a função central que o anticlinal de Estremoz desempenhou no abastecimento das encomendas relativas aos sarcófagos em mármore. As análises começaram com o emblemático sarcófago do Mausoléu de Pueblanueva (Toledo), identificado no século XIX, com a representação de Cristo entronizado flanqueado pelos seus apóstolos. A figuração é de tão excepcional qualidade que, por muito tempo, levou à sua filiação em oficinas orientais ou ravenaicas, até as análises laboratoriais terem confirmado que se trata de um bloco extraído no anticlinal estremocense.<sup>21</sup> Da mesma forma, também o notável sarcófago representando o ciclo de Jonas, proveniente de Carranque, foi confirmado como sendo atribuído a Estremoz.<sup>22</sup>

A cartografia, contudo, está a aumentar de forma constante, à medida que se realizam novos estudos de proveniência. É o caso da situação

---

of Las Pizarras Roman site (ancient Cauca, Segovia, Spain)". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference* (Tarragona 2009), ed. Anna Gutiérrez García-Moreno, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 413-420. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.

<sup>21</sup> Vidal, Sérgio, e Virgínia García-Enterro. "The use of Estremoz Marble in Late Antique Sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413-420 (414-415). Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015. Ver também Vidal, Sergio. "Los sarcófagos tardoantiguos de Hispania: nuevos datos a partir de los análisis arqueométricos de los sarcófagos del Museo Arqueológico Nacional". In *Escultura romana en Hispania VIII. Homenaje a Luis Baena del Alcázar*, ed. Carlos Márquez e David Ojeda, 143-161. Córdoba: UCOPress, 2018, 152-153.

<sup>22</sup> Vidal e García-Enterro. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania [...]", 415-416.

recentemente comprovada para o sarcófago de Tui (Pontevedra),<sup>23</sup> com o mármore de veios rosa a ser confirmado como sendo proveniente do anticlinal de Estremoz. E o emblemático sarcófago de *Ithacius* da catedral de Oviedo amplia a distribuição até à fachada norte da *Hispania*, sendo que neste caso a datação proposta atinge o século V,<sup>24</sup> tornando este fluxo de novos dados ainda mais surpreendente e pleno de conteúdos.

O que significam estes dados? Em primeiro lugar, confirmam a posição excepcional que as produções do anticlinal detêm, visto que a qualidade do mármore é apreciada de forma constante desde o século I até ao final do Império, quer em programas de ornamentação públicos, quer privados. Em segundo lugar, mas de modo igualmente relevante, confirma-se que a distribuição do mármore de Estremoz atinge mercados distantes na península, mas dominando, em especial (e de forma constante ao longo do tempo), os mercados de toda a fachada atlântica, do centro e do norte, onde é avaliada como a rocha ornamental por excelência, sobrepujando as produções locais. E, finalmente (e como será retomado adiante), a extração de mármore de Estremoz confirma-se como uma atividade relevante ao longo da diacronia, ao contrário da tese tradicional que propunha que, a partir dos séculos II e III, entrava em declínio e era ultrapassada por outros mármores mais competitivos. Verifica-se assim que, seja para a produção de estatuária, seja para a utilização de blocos, enquanto revestimento parietal ou de pavimentos ou, em fase tardia, como suporte de sarcófagos ricamente decorados, o mármore de Estremoz foi a pedra ornamental por excelência, como tal valorizado pelos encomendantes que desejavam associar uma pedra de exceção às suas construções.

\*

Em termos globais, a investigação sobre os mármores do anticlinal tem ainda muitos pontos em aberto, relacionados sobretudo com a percepção do modo como se organizava a escala da produção e o que esta implicava em todas as suas dimensões. Este âmbito de análise implica que se tomem em consideração, de forma simultânea, as evidências de terreno (não apenas as diretas, como a extração nas pedreiras, mas também a compreensão da rede de povoamento em volta) e também a análise dos volumes e modos de receção nos locais de uso. Ou seja, refiro-me em concreto à possibili-

<sup>23</sup> González Soutelo, Sónia, Anna Gutiérrez-García-Moreno, e Hernando Royo Plumed. “El sarcófago romano de Tui (Pontevedra): un ejemplo de la presencia de material marmóreo foráneo en el noroeste de la Península Ibérica”. *SPAL* 27, n.º 2 (2018): 229–246.

<sup>24</sup> Vidal e García-Enterro. “The use of Estremoz Marble in Late Antique Sculpture of Hispania [...]”, 416–417.

dade de percepção que podemos obter sobre a influência socioeconómica da extração do mármore como *fator de aceleração* e intensificação do sistema de povoamento na região. Por exemplo, em 1990, Jorge de Alarcão lançava a pista para uma investigação que não foi iniciada: “Na área de Estremoz, Vila Viçosa e Alandroal, a exploração de mármores poderá ter constituído, se não a base essencial da economia de certas *villae*, pelo menos uma fonte importante de rendimento de alguns particulares”<sup>25</sup>. De que forma, portanto, a exploração de mármore criou *bolsas de riqueza*, com reflexos na subida dos índices de conforto das comunidades locais, e como é que tal se reflete, quer na cultura material, quer na expressão arquitetónica dos sítios?

A outra escala, é também necessário atentar na capacidade de *Augusta Emerita* se assumir como uma entidade gestora e coordenadora da exploração e/ou como ponto de articulação dos produtos na fase de escoamento; e, em última instância, olhando a uma escala mais ampla, na compreensão do verdadeiro *peso específico* do mármore como elemento de afirmação da *Lusitania* enquanto centro distribuidor para o restante Império. Ou seja, a percepção das diversas escalas de produção que o mármore conseguiu enquanto elemento emblemático de um território é uma questão que permanece, na sua essência, em aberto, apesar dos vários contributos recentes.<sup>26</sup>

### 3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

#### 3.1. A infraestrutura territorial: logística e planeamento

A exploração dos recursos pétreos colocava um conjunto de problemas logísticos, que eram encarados de forma ampla à escala territorial. Se a extração em si não era problemática, não exigindo o mesmo tipo de condicionantes da exploração de minérios em galerias fechadas e profundas, era necessário prever todo o tipo de tarefas, seguidamente enunciadas:

<sup>25</sup> Alarcão, Jorge de. “A produção e a circulação dos produtos”. In *Nova História de Portugal*, ed. Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques, 409-441. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1990, 427.

<sup>26</sup> De entre vários títulos que poderiam ser enunciados, veja-se, sobretudo, o texto fundador de Nogales Basarrate, Trinidad. “La escultura del territorio emeritense. Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana”. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, ed. Jean-Gérard Gorges e German Rodríguez Martín, 483-497. Madrid: Casa de Velázquez, 1999. Consultar também Nogales Basarrate, Trinidad, Luís Jorge Gonçalves e Pilar Lapuente. “Materiales lapídeos, mármoles y talleres en Lusitania”. In *Marmora Hispana: explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania romana*, ed. Trinidad Nogales e José Beltrán, 483-522. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2008. A autora que mais procurou perceber o papel das produções da *Lusitania* nas redes imperiais terá sido Irene Mañas Romero em “Marmora de las canteras de Estremoz, Alconera y Sintra: su uso y difusión”. In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*”, ed. Virgínia García-Enter, 331-346. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

- a) *da pedreira à oficina de talhe*: os blocos de mármore eram conduzidos para um local onde se procedia aos primeiros trabalhos. Como tal, é necessário prever a existência de uma rede de caminhos internos nas pedreiras, conectando-as às oficinas de laboração; bem como espaços onde operários especializados possam trabalhar, providos de todo o instrumental e materiais necessários;
  - b) *da oficina ao destino - escoamento*: o esforço na construção de uma infraestrutura viária é evidente no traçado da chamada via XII do *Itinerário de Antonino*, que ligava a capital provincial, *Augusta Emerita*, ao seu porto de mar atlântico, *Olisipo*, através de *Ebora*, e que constitui uma via sem qualquer preexistência anterior<sup>27</sup> [Fig. 1]. A passagem deste itinerário na zona do anticlinal foi comprovada pela identificação do topónimo *Horta do Agacha* na zona que confina imediatamente a sul da igreja de Senhora dos Mártires, de onde provém um marco miliário pertencente a este itinerário,<sup>28</sup> o que permite perceber como a relevância estratégica do anticlinal era tão grande que levou ao desenho específico de uma via de primeira importância;

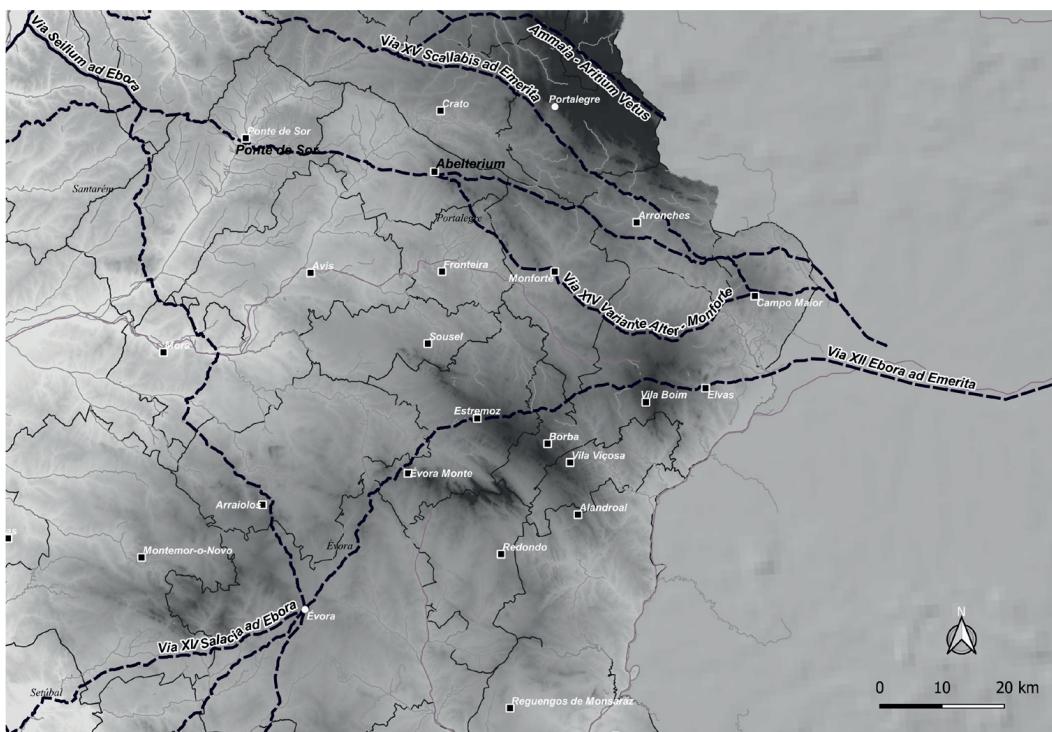


Figura 1 - Rede viária no Alto Alentejo, a partir de Carneiro, 2014. Mapa elaborado por Jesus Garcia Sánchez.

<sup>27</sup> Carneiro, André. *Itinerários romanos do Alentejo: uma releitura de “as grandes vias da Lusitânia”*, de Mário Saa, quarenta anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2008, 49–58.

<sup>28</sup> Carneiro, André. *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 1, 2014, 173.

- c) *aprovisionamento*: uma complexa rede de abastecimento teve de ser criada, de modo que o trabalho das pedreiras fosse sempre alimentado pelas matérias-primas essenciais. Cordas e elementos para roldanas; madeira para cunhas; metais necessários para todas as ferramentas, serras, pregos e cavilhas; e, claro, os elementos essenciais à subsistência das comunidades envolvidas, nomeadamente os de âmbito agropecuário. Todos estes recursos poderiam encontrar-se na envolvente do anticlinal, a diferentes distâncias e escalas, mas o mapeamento exaustivo dos recursos está por fazer.
- d) *apoio à laboração*: A laboração do mármore implica um complexo conjunto de condições. Por exemplo, um dos elementos essenciais reside na abundância de água, tal como ainda hoje é fundamental nas pedreiras atuais. Seguramente terão existido canais de condução de água e estruturas de contenção e armazenamento, sendo que até nós chegou o monumental exemplo da estrutura conhecida como “Tanque dos Mouros”, junto à cidade de Estremoz.<sup>29</sup> Da mesma forma, é necessário supor a existência de pontos de apoio para trabalhos específicos: por exemplo, como as ferramentas de metal se desgastam rapidamente, encontrar-se-iam zonas de forjas para apoio à laboração, ainda detetáveis pela acumulação de escórias que por vezes se encontram em alguns pontos.<sup>30</sup>
- e) *espaços de vida e de morte*: naturalmente, é necessário supor que existiriam as condições mínimas para albergar uma imensa mole de gente que laborava no anticlinal, supondo abrigos para os trabalhadores indiferenciados, mas também lugares de acolhimento para os escultores especializados, ou residências mais abastadas para os promotores da exploração. Da mesma forma, é necessário incluir elementos infraestruturais que são essenciais para o *modus vivendi* romano, tais como espaços de termas e de *convivium*, mercados e lugares de entretenimento. Também sobre algum templo ou santuário existem indicadores dispersos e, seguramente, terão existido em paisagem tão carregada de componentes simbólicas. Finalmente, os lugares de tumulação estão também por identificar, apesar de algumas inscrições sepulcrais terem sido encontradas, mas é de supor que uma larga extensão de gentes tivesse nesta região a sua última morada, em função dos contingentes necessários para tão exigentes tarefas e da elevada taxa de mortalidade que o trabalho nas pedreiras propiciava.

### 3.2. A supervisão e enquadramento

Sabemos que através do denominado *direito de conquista* os recursos mais relevantes dos territórios anexados ao Império seriam considerados como de relevância estratégica superior.<sup>31</sup> Isto significa, portanto, que seria a casa imperial a assumir de modo direto a gestão e exploração dos recursos, promovendo a dinamização da distribuição na escala da *economia-mundo* que o Império permitia.

<sup>29</sup> Quintela et al. *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo*, 131-138, fotografias 102-107.

<sup>30</sup> Veja-se o caso de Nogueiras, adiante desenvolvido: Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 13.

<sup>31</sup> Hirt, Alfred Michael. *Imperial mines and quarries in the roman world: organizational aspects*, 27 BC-AD 235. Oxford Classical Monographs. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Em outras situações, algumas fontes de rendimento passavam para a casa imperial através do direito de *ratio privata*, ou seja, a sua relevância geoestratégica levava a que o imperador tomasse a iniciativa de colocar a exploração dos recursos sob a sua alçada direta. Para tal, nomeava um *procurator metallorum* ou *marmororum*, como sucedeu em vários casos bem conhecidos do Império, em especial no Oriente (pedreiras do atual território grego e turco, bem como no Egito).<sup>32</sup>

O conceito amplo de *família* característico das sociedades mediterrânicas e do mundo romano conduziu a que em muitas ocasiões a exploração fosse concessionada a membros da sua família ou a integrantes do seu círculo pessoal, voltando à posse da casa imperial com a extinção do privilégio ao beneficiário. Este facto permitia que alguns membros privilegiados tivessem uma ou várias fontes de rendimento próprio, no âmbito do círculo imperial.

Finalmente, em outras situações identificadas, as explorações eram concessionadas a particulares, como na *Lusitania* é evidente no caso das minas de *Vipasca*, na medida em que se preservaram os documentos legais que organizam a sua exploração. Nestes casos, as explorações eram alugadas a particulares e supervisionadas por um *conductor* que recolhia as taxas mas não intervinha, limitando-se a assegurar a gestão dos trabalhos e da rede de infraestruturas necessárias.

Para o caso do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa não existem indicadores similares ao de *Vipasca*, pelo que não podemos perceber, de modo direto, como se organizava a exploração. Da mesma forma, como o mármore do anticlinal não tem sido devidamente considerado na sua importância, como se discutiu no ponto 2., sempre se presumiu que ocuparia um lugar secundário na escala dos recursos disponíveis em todo o Império.

Contudo, a possibilidade de existir uma ligação à casa imperial pode ser sustentada a partir de um indicador indireto encontrado fora da área de exploração. Entre o extenso conjunto de dedicações votivas dedicadas à divindade lusitana *Endovelico*, que foram encontradas no seu provável santuário, a elevação de São Miguel da Mota (concelho de Alandroal), destaca-se uma inscrição atualmente dada como perdida, mas cujo formulário é o seguinte:

DEO • ENDOVELLICO  
HERMES • AVRELIAE

<sup>32</sup> Fant, John Clayton. *Ancient marble quarrying and trade*. British Archaeological Reports 453. Oxford: B.A.R., 1988.

VIBIAE · SAB[I]NAE · SER(vus)  
MARMORARIVS  
A(nimo) (hedera) L(ibens) (hedera) P(osuit)

Infelizmente, não conhecemos a peça, que chegou até nós graças à recolha da inscrição em CIL II 133,<sup>33</sup> mas cujo original se perdeu. Como é evidente, o seu conteúdo tem alimentado um amplo conjunto de debates, sendo aquele que agora mais nos diretamente interessa o debate centrado sobre a pessoa identificada pelo *servus marmorarius*, e que nos poderia permitir compreender o modo como a exploração era organizada.<sup>34</sup>

A menção a *Aurelia Vibia Sabina* apresenta a extraordinária circunstância de se poder colocar em relação com a filha do Imperador Marco Aurélio, *Vibia Aurelia Sabina*, que viveu entre 166/170 e, possivelmente, 217 d.C.<sup>35</sup> O debate gerado pela eventualidade deste nexo de ligação tem sido aceso e contraditório. José d'Encarnação apontou para uma coincidência derivada de um modismo,<sup>36</sup> sem negar a elevada condição social da nomeada, que se insere na grande prevalência regional de família(s) com a denominação *Vibia*.<sup>37</sup>

Contra, veja-se sobretudo a argumentação produzida por Marc Mayer i Olivé,<sup>38</sup> que se centra na relevância estratégica das pedreiras do anticlinal de Estremoz, um recurso de primeira ordem que as tornaria merecedoras de integrar o património *publico iure* da casa imperial.<sup>39</sup>

<sup>33</sup> CIL II 133, XXXVIII (= ILS 4513b e ILER 826). Comentários em IRCP 497, 577-578.

<sup>34</sup> Além da nota anterior, confrontem-se as opiniões dos autores, também referidos no texto principal: Canto, Alicia M. "Avances sobre la explotación del mármol en la España romana". *Archivo Español de Arqueología* 50-51 (1977-1978): 165-188; e também Mayer i Olivé, Marc. "A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133". *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 26 (2008): 407-414.

<sup>35</sup> Sobre a biografia e as referências, veja-se a obra de Marc Mayer referida na nota anterior, 410-411; para um enquadramento mais amplo, consulte-se Birley, Anthony. *Marcus Aurelius, a biography*. New York: Routledge, 2000.

<sup>36</sup> IRCP, 578: "não consideramos plausível tomar Hermes por escravo de alguém ligado aqui à corte imperial; quando muito, a onomástica foi assumida atendendo a uma moda, por influência da corte". Em posterior texto, retomando a argumentação: "Hermes est un marmorarius, servus d'Aurelia Vibia Sabina, une dame qui, ayant deux gentilices bien nobles (si on peut le dire...), appartenait, bien certainement, à une haute couche de la société locale [...]" Encarnação, José d'. "Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d'*Endovellicus*". In *Dedicanti e cultores nelle religioni celtiche*, ed. Antonio Sartori, 61-71. Milano: Cisalpino, 2008, 64.

<sup>37</sup> Consulte-se o *Atlas Antropónímico*, mas também Canto, Alicia M. *Epigrafia romana de la Betúria céltica*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

<sup>38</sup> Mayer i Olivé. "A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133", 411ss.

<sup>39</sup> Mayer i Olivé, Marc. "Vibia Aurelia Sabina, una empreendedora hija de Marco Aurelio. Notas epigráficas". *Sandalion* 31 (2009): 65-81.

Note-se que a existência de pedreiras na *Hispania* que estariam integradas no património da casa imperial apresenta um outro provável paralelo, visto que o topónimo *Statio Serriorum Augustorum*, próximo de Itálica (Sevilla),<sup>40</sup> parece referir-se, em simultâneo, a uma área de exploração de cantaria e a um domínio de posse imperial, talvez relacionado com o programa de construção que decorreu sob o governo de Adriano<sup>41</sup> na cidade de *Italica* e na região bética, da qual o Imperador era natural.

No caso da inscrição de *Hermes*, a sua autodesignação como *servus* é coerente com a putativa condição de servidor da casa Imperial, trabalhando numa oficina como *marmorarius*, ou seja, um escultor qualificado e que poderia estar diretamente envolvido no talhe de elementos de grande relevância. Para percebermos a escala e a relevância do trabalho escultórico de um *marmorarius*, importa tomar em consideração outro dado existente. Note-se que em *Augusta Emerita* encontram-se várias siglas de escultor de *G. Aulus*: *ex officina Gai Auli*, *ex officina G Auli fi o li*, *ex officina Gai Au*, *ex officina Gai A*, *ex officina Ga (vacat) i Auli*, *ex officina Gai A+++*, além de um *ex officin[42]*, e ainda uma *ex officina Franciae*<sup>43</sup>, evidenciando bem a importância atribuída ao labor das oficinas escultóricas.

É necessário tomar em consideração que, por manifesta infelicidade, deste testemunho apenas sobreviveu a inscrição, o que nos impossibilita por completo de perceber qual o suporte e os pormenores técnicos da peça, o que seria do máximo interesse para avaliar o labor técnico da mesma e permitir comparações tipológicas com outros elementos eventualmente semelhantes. De qualquer forma, a diversidade escultórica dos elementos encontrados em São Miguel da Mota indica-nos que seguramente existia uma oficina especializada que abastecia aquele santuário, dadas as diversas semelhanças existentes entre os materiais encontrados. Resta saber se a oficina estaria situada nas proximidades do local – como será mais lógico admitir – ou a partir de algum ponto mais distante.

<sup>40</sup> CIL II 1131 e 1132; Canto, Alicia M. “Avances sobre la explotación del mármol en la España romana”, 177-178 e 184-185.

<sup>41</sup> Contra, em face do limitado âmbito de dispersão dos mármores de Almáden de la Plata, pouco presentes fora da *Hispania* e que, por isso, não teriam tanta relevância económica (ao contrário do que sucede com as produções do anticlinal de Estremoz), pronuncia-se Ben Russell (*The economics of the roman stone trade*. Oxford: Oxford University Press, 2013, 42, nota 26), que admite a hipótese de serem trabalhadores temporários da administração imperial, por estarem envolvidos num excepcional programa de construção.

<sup>42</sup> Ramírez Sádaba, José Luís. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*. *Cuadernos Emeritenses* 21, n.º 78-83 (2003): 141-148.

<sup>43</sup> Ramírez Sádaba. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*. *Cuadernos Emeritenses* 21, n.º 85 (2003): 148-149.

Neste feixe de raciocínios, outro argumento pode ser invocado. No já referido santuário do deus *Endovelico* foi encontrada uma grande percentagem de estátuas com figurações militares, o que pode dever-se a várias causas, de entre as quais uma pode ser considerada: a presença de um contingente militar que estivesse estacionado na região, supervisionando a laboração das pedreiras do anticlinal de Estremoz e o normal funcionamento das taxas e licenças.

Da mesma forma, um outro dado colateral reside na significativa dispersão do mármore do anticlinal por todo o Império romano visto que, como foi anteriormente referido, o progresso da investigação e o cada vez mais apurado rastreio das proveniências marmóreas tem permitido ampliar de modo significativo a cartografia da distribuição. Desta forma, percebe-se que a escala do produto ultrapassou em muito o âmbito provincial, o que se torna muito relevante e testemunha a importância da matéria-prima dentro do quadro geoestratégico imperial.

Contudo, sem dados mais consistentes – sobretudo, no campo epigráfico – não poderemos avançar com mais do que meras especulações. Sabemos que no Império os recursos mais relevantes estavam na dependência direta da casa imperial e, seguramente, que as produções do anticlinal teriam uma afamada reputação. E também sabemos que, com elevada probabilidade, um recurso marmóreo da *Hispania* estava diretamente gerido pela casa imperial, a julgar pelas *tabulae marmoreae* da *Baetica*<sup>44</sup>. Mas o que está em causa é a escala da geoestratégia imperial, que se movia dentro de um quadro de economia-mundo, e neste âmbito o mármore do anticlinal ocupava o seu devido lugar, mas que é difícil de perceber na ótica concorrencial de outras produções. Seja como for, parece evidente que, com o enorme abastecimento do mármore do anticlinal empregue nos programas construtivos de *Augusta Emerita*, a capital provincial assumiu um papel relevante na dinamização e eventual gestão das atividades extractivas, o que é também fundamental para a percepção da escala de interação entre a cidade e o seu território.

A ação das elites provinciais lusitanas na gestão estratégica deste território, controlando de modo direto ou indireto o anticlinal e a sua laboração, pode ser avaliada por um elemento da maior relevância e que não tem sido devidamente considerado pela investigação.

<sup>44</sup> CIL II 1131: M(arlus) Caelius Alexander ta/bulam marmoream d(onum) d(edit) / stationi serrariorum / Augustom.

CIL II 1132: - - - - - / [ - - - ]EV[ - - - / - - - ] tabula(m) m[armoream - - - ] / Lucret[io - - - ]L Iulio Paulo [ - - - ] // [ - - - / - - - ]ICIO C[ - - - / - - - ]ser]rar(iorum) O[ - - - ] / - - - - - .

Refiro-me à presença de *L. Fulcinius Trio*, legado do Imperador Tibério e governador provincial, que nesta função terá estado alguns anos em *Augusta Emerita*, possivelmente com envolvimento direto em alguns projetos de grandes espaços e edificações públicas, que nesta fase estão em construção na capital provincial.<sup>45</sup> Inclusivamente, a sua ação terá sido em algum momento coordenada de modo conjunto com o lusitano *L. Cornelius Bocchus*, de grande influência e ação na província (cinco vezes *praefectus fabrum* do governador e *flamen* provincial), como ficou patente (apesar do estado fragmentado, que suscita dúvidas na leitura) na inscrição do designado *Forum* da colónia de *Augusta Emerita*.<sup>46</sup>

O elemento relevante para a compreensão do interesse que o poder imperial manifestou sobre o anticlinal de Estremoz reside na descoberta de um tratado de *fides* entre o legado imperial *L. Fulcinius Trio* e os representantes locais da *gens Stertinia*, e que se celebrou a 21 de janeiro de 31 d.C. Este tratado foi identificado em Juromenha<sup>47</sup> e colocava os representantes locais sob o estatuto de *in fidem clientelamque suam*, ou seja, um estatuto de proteção de âmbito jurídico. Importa, portanto, considerar o interesse geoestratégico do ponto correspondente a Juromenha, que conduziu à celebração de um pacto entre, por um lado, o representante da casa imperial que geria o processo de edificação pública na capital provincial e, como interlocutor, os representantes da elite local. É muito provável que a relevância do local se centrasse na sua condição alcandorada sobre o rio Guadiana; e, não sendo este navegável na sua totalidade, apresentaria condições para o envio de cargas marmóreas tendo como destino os programas edilícios em curso na capital provincial. Esta leitura, altamente hipotética e construída em sucessivas deduções, procura explicar o singular interesse de um alto representante romano na celebração de um pacto com uma comunidade local de um território que, na ótica imperial, seria de elevado interesse estratégico, pois de outra forma não será fácil contextualizar a origem do processo de negociação.

<sup>45</sup> Saquete, José Carlos. “*L. Fulcinius Trio, Tiberio y el gran templo de culto imperial de Augusta Emerita*”. *Epigraphica* 67 (2005): 279-308, 279ss. Sobre a ação de Cornelio Boco, veja-se González Herrero, Marta. “La figura de *L. Cornelius L. F. Gal. Bocchus* entre los *praefecti fabrum* originarios de Lusitania”. In *Lucius cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade da Prata da literatura latina*, ed. João Luís Cardoso e Martín Almagro-Gorbea, 245-258. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia, 2011.

<sup>46</sup> Stylow, Armin, e Ángel Ventura. “Los hallazgos epigráficos”. In *El foro de Augusta Emerita. Genesis y evolución de sus recintos monumentales*, coord. Rocío Ayerbe, Teresa Barrientos e Félix Palma, 486-489. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

<sup>47</sup> IRCP 479.

## 4. DA PEDREIRA AO DESTINO: ALGUNS CASOS DE ESTUDO

### 4.1. *Augusta Emerita*: as oficinas da capital e a estatuária de mármore nos programas decorativos públicos

Duas estátuas da capital provincial apresentam significativos dados que permitem reconstruir os processos de laboração da estatuária romana e que por isso merecem aqui uma pequena referência.

São duas estátuas representando figuras em pose ceremonial, que estariam colocadas em espaços públicos de *Augusta Emerita*.

Um deles provém do *Forum* da colónia emeritense.<sup>48</sup> Representa um togado esculpido em inícios do século I d.C., utilizando um mármore branco, muito perfeito, do anticlinal de Estremoz.<sup>49</sup> O elemento relevante encontra-se na sua perna direita, ligeiramente fletida: uma legenda de EX OFICINA G. AVLI<sup>50</sup>.

Em outro ponto, no edifício interpretado como um *Mithraeum*, ou um espaço de culto à divindade Mitra, foi identificada outra estátua:<sup>51</sup> neste caso, trata-se de um portador de uma tocha, que na base apresenta a legenda DEMETRIOS EPOIEI.

Estes dois testemunhos são da maior relevância para percebermos o processo de talhe e escultura empregue nos grandes programas públicos de representação, ao qual podemos associar o exemplo do togado que foi encontrado por terminar na pedreira da Vigária (Vila Viçosa). Esta estátua por finalizar representa o primeiro passo do processo: após a extração do bloco, este recebe o primeiro “desbaste” do mármore, que define de modo grossoiro mas já percetível o formato definitivo.

Em seguida, a peça seria embalada e transportada para o seu destino.

Aqui chegada, seria descarregada nas oficinas de escultores especializados. No primeiro caso, a oficina de produção de G(aius) Aulus em meados do século II, foi a responsável pela ornamentação do grande projeto de construção público do *Forum* da *colonia* emeritense.<sup>52</sup> No segundo caso,

<sup>48</sup> Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, CE94.

<sup>49</sup> A presunção da proveniência de Estremoz, neste como no exemplar seguinte, não está baseada em estudos arqueométricos, mas na observação macroscópica da peça (pelos menos, são estes os dados conhecidos no momento de redação do presente texto). Contudo, esta situação não invalida as considerações que são tecidas neste ponto, visto que outras séries escultóricas atribuídas a G. Aulus e às escolas de Afrodísias são conhecidas no espaço emeritense.

<sup>50</sup> A leitura da legenda tem suscitado grandes dúvidas e debate; segue-se a proposta de Ramírez Sadaba. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*, n.º 78, 141-142, que interpreta G(aius) em lugar de C(aius), embora tal leitura não seja consensual. Veja-se a extensa bibliografia e as outras propostas consideradas.

<sup>51</sup> Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, CE89.

<sup>52</sup> Além do exemplo aqui tratado, consultem-se os restantes enumerados por José Luiz Ramírez Sádaba e anteriormente apresentados: *Catálogo de las inscripciones imperiales de*

temos o envolvimento de um escultor que porta um antropônimo grego, *Demetrio*,<sup>53</sup> o que indica que na capital provincial possivelmente trabalhou um escultor desta proveniência, embora este tipo de onomástica fosse habitual entre escravos altamente qualificados. Sabemos que no mundo antigo eram os escultores helénicos os mais reputados e, neste caso, temos um importante paralelo para o já recenseado *Hermes marmorarius* do santuário a *Endovelico*, que dedicou uma invocação à divindade em nome de *Aurelia Vibia Sabina*. No caso da estátua de *Augusta Emerita*, a indicação do antropônimo helénico constitui mais uma evidência que demonstra o envolvimento de artesãos altamente especializados na produção dos grandes programas iconográficos da capital provincial. Como as oficinas de escultura eram agrupamentos de membros unidos por uma profissão comum, com um carácter social e de assistência mútua, podemos presumir a existência de um *collegium*, visto que o artesão/escultor trabalhava num espaço de convívio e reunião com os seus colegas.<sup>54</sup>

O caso da série de togados provenientes da *officina* de *Aulus* mostra-nos a dimensão dos programas iconográficos públicos em curso na capital provincial, visto que as séries estatuárias de togados (que inclui, naturalmente, o destacado neste ponto) formam parte de um mesmo ciclo decorativo homogéneo. Mas um dado relevante a considerar reside na formação dos escultores que dominam de forma plena todos os cânones emanados da metrópole romana e que são reproduzidos nos programas construtivos em curso na capital provincial, de acordo com um fenómeno de *emulatio* devidamente estudado por Trinidad Nogales Basarrate.<sup>55</sup> O elemento mais notável, contudo, é o facto de estes artesãos altamente qualificados e aptos a reproduzir os estereótipos artísticos e decorativos da capital o façam utilizando uma matéria-prima local: só este dado é demonstrativo da força dos esquemas produtivos que estão ativos entre a metrópole e as províncias, mas também da articulação e flexibilidade do poder romano perante os recursos localmente existentes.

Já o caso de *Demetrio* evidencia outra fase do processo: o seu cânone artístico, mais “estereotipado”, pode ser relacionado como as oficinas de Afrodisias que nesse momento se encontram a trabalhar nos programas do

*Augusta Emerita*, 143-148.

<sup>53</sup> “Epoiei” é o equivalente ao termo latino *fecit*, ou seja, *ele fez*.

<sup>54</sup> Sánchez Moreno, Eduardo, A. M. Lujan Díaz, e Walter Trillmich. “Observaciones en torno al escultor en la sociedad romana. Algunas cuestiones sobre la situación y consideración de los artistas/artesanos romanos”. *Cuadernos Emeritenses* 8 (1994): 72-118, 91.

<sup>55</sup> Nogales Basarrate, Trinidad. “Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania: modelos y difusión*”. In *Roma y las provincias: modelo y difusión*, ed. Trinidad Nogales e Isabel Rodà, 653-670. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, vol. II, 2011.

*forum severiano*<sup>56</sup>, mas também com os elementos escultóricos que começam a abastecer outros programas decorativos em curso nos sítios e ambientes privados da cidade emeritense e do seu território de influência.

Outro elemento pode ser inferido das assinaturas destes dois elementos escultóricos, dada a diferente datação proposta. Tal significa que a capital provincial teve em funcionamento dois *ateliers* de produção escultórica ativos durante meados do século I e da centúria seguinte, o que demonstra a existência de um importante volume de trabalho e de obras em curso que tinham de ser alimentadas pelas cargas marmóreas e que, por sua vez, justificam a presença de *ateliers* de escultura. A relevância económica desta atividade era, portanto, notável, sendo de presumir que servia também como fonte de abastecimento de programas decorativos privados que estão em curso nas *villae* que circundam o território emeritense, quer neste período, quer depois nos séculos seguintes, visto que os padrões escultóricos da região emeritense têm notáveis semelhanças com os da própria cidade, como já foi devidamente realçado<sup>57</sup>.

#### 4.2. Ebora Liberalitas Iulia: a utilização do mármore nos programas construtivos públicos

O emblema máximo da atual cidade de Évora continua a ser, hoje, como há dois mil anos, o seu templo denominado “de Diana”, embora sem qualquer relação com o culto a esta divindade. Após exaustivos estudos feitos na sua estrutura e na sua envolvente, conhecemos hoje relativamente bem a sua planimetria e conceção arquitetónica, embora ainda estejam por identificar os elementos que ornamentavam o seu programa iconográfico e escultórico<sup>58</sup>.

O elemento mais impressivo do templo, ainda hoje, reside na solidez da sua construção. De planta de tipo períptero, com pódio (segundo, assim, o modelo mais adotado na *Hispania*), apresenta um alicerce em *opus incertum*, construído maioritariamente em blocos pétreos heterogéneos de matérias da região, mas a parte monumental e visível encontra-se

<sup>56</sup> Trinidad. “Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania*: modelos y difusión”, 665.

<sup>57</sup> Álvarez Martínez, José María, e Trinidad Nogales Basarrate. “Algunas consideraciones sobre la decoración de las *villae* del *territorium* emeritense: musivaria y escultura”. In *Les campagnes de Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*, Collection de la Casa de Velázquez 47, ed. Jean-Gérard Gorges e Manuel Salinas de Frías, 273-296. Madrid, Salamanca: Casa de Velázquez, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, 295.

<sup>58</sup> Para uma descrição exaustiva, veja-se Hauschild, Theodor. “Untersuchungen am römischen tempel von Évora: Vorbericht 1986/87”. *Madridrer Mitteilungen* 29 (1988): 208-220. Para uma análise integrada no urbanismo da cidade, consulte-se Hauschild, Theodor. “Algumas observações nas construções do foro de *Ebora Liberalitas Iulia*”. In *Ciudad y foro en Lusitania romana*, coord. Trinidad Nogales Basarrate, 27-36. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2010.

construída usando dois elementos fortemente contrastantes. Por um lado, a solidez robusta do granito cinzento da região, obtido provavelmente nas pedreiras do Alto de São Bento, mesmo defronte da cidade. A base do pódio e a cornija estão construídas em largos e robustos silhares deste tipo, que também constituem as impressionantes colunas de fustes de granito esculpidos, que na sua origem seriam estucados. Nas terminações, contudo, encontramos o mármore branco: quer nas bases, quer nos 12 capitéis coríntios conservados que as ornamentavam, trabalhados em 2 peças, como em vários outros pontos do Império, e que documentam uma laboração típica da primeira metade do século I d.C., como também se torna evidente pelo detalhe tipológico das folhas de acanto, reforçando os paralelos bem conhecidos com o templo do *forum* de *Augusta Emerita*. O contraste entre a rugosidade escura do granito e a brancura do mármore, fino e graciosamente esculpido nas terminações dos capitéis, ainda hoje impressiona quem contempla a estrutura.

Sabemos pelos estudos arqueométricos que o mármore utilizado provém do anticlinal de Estremoz.<sup>59</sup> Este dado é de enorme importância por nos permitir perceber que até ao final da primeira metade do século I d.C. as pedreiras do anticlinal são a grande fonte de abastecimento dos programas edilícios em curso, quer em *Ebora*, quer em *Augusta Emerita*, como havíamos visto no ponto anterior (embora em tempos diferentes, pois o processo na urbe emeritense é ligeiramente anterior, dada a sua condição de *caput provinciae*). Esta situação eventualmente poderá ser relacionada com a presença de *L. Fulcinius Trio*, como foi anteriormente referido para a capital provincial.

Desta forma, documenta-se a exploração em tempos relativamente precoces, em grande escala, suficiente para abastecer os diversos programas urbanos em curso, mas também como elemento de exceção, na medida em que os mármores são o material nobre por excelência, em especial devido ao jogo visual de contraste com o granito (relembre-se, contudo, que na sua origem seria estucado e teria um cromatismo muito distinto).

Note-se ainda que o mármore de Estremoz foi também utilizado como elemento de pavimentação da grande praça do *forum*. Este amplo espaço nobre, de dimensões superiores à praça atual, foi recoberto em momento posterior – seguramente durante os flávios – com lajeado constituído por grandes placas marmóreas, conforme se documentou pelos negativos encontrados defronte do templo, documentando o seu arranque em período

<sup>59</sup> Cabral, João Peixoto, Carla Mustra, e Theodor Hauschild. “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”. *Conímbriga* 43 (2004): 171-178.

pós-romano, mas também por algumas placas conservadas no atual edifício do Museu de Évora e que foram encontradas *in situ* nas recentes obras de remodelação do edifício.

Data também deste segundo momento, correspondente ao embelezamento e à remodelação da praça, o achado de alguns elementos escultóricos que fariam parte do programa decorativo e iconográfico da praça e do *temenos* da cidade. Infelizmente, os elementos estão muito fragmentados, não consistindo em mais do que uma mão segurando uma *patera*, fragmentos de dedos e de uma cabeça.<sup>60</sup> Contudo, na sua fragilidade conservada documentam a existência de um grupo estatuário de grande relevo, possivelmente até com estátuas colossais, a julgar pelas dimensões originais (a mão poderia pertencer a uma estátua com cerca de 3 m, por exemplo). Note-se que são estilisticamente idênticas a exemplares conservados em *Augusta Emerita*, o que mostra que as oficinas da capital poderiam estar a abastecer os programas em curso nas diversas *urbes* lusitanas.

A dinâmica e a escala dos fragmentos conservados mostram também a capacidade empreendedora da elite eborense, visto que terá sido a magistratura municipal ou algum privado, de acordo com o mecanismo do evergetismo, a financiar a execução do programa escultórico e decorativo da cidade, o que se torna muito relevante para a compreensão socioeconómica da própria cidade eborense.

#### **4.3. Santa Vitória do Ameixial (Estremoz): os programas decorativos em ambiente privado**

Junto à terminação do anticlinal de Estremoz, onde os terrenos se tornam suaves e propícios para as atividades agropecuárias, encontramos os estabelecimentos privados conhecidos como *villae*, residências monumentais decoradas ao gosto urbano. Quase no extremo noroeste da formação geológica, próximo da fronteira entre o concelho de Estremoz e o de Sousel, encontra-se uma das mais originais: Santa Vitória do Ameixial, mesmo na extremidade norte da atual aldeia, que muito reutilizou materiais nas suas casas.

O sítio foi objeto de escavações arqueológicas promovidas entre 1914 e 1916 por uma equipa do Museu Nacional de Arqueologia, apesar de pon-

<sup>60</sup> Gonçalves, Luís Jorge. *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Studia Lusitana 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2007, 81-82, 461-463, 464-466, com bibliografia.

tualmente terem existido intervenções posteriores, que, no entanto, não trouxeram dados substantivos para a análise que aqui importa.<sup>61</sup>

Trata-se de uma *villa* infelizmente muito destruída, mas com uma planta rara, porque dotada de grande originalidade, e com vários indicadores de fausto e de um consumo sumptuário. Os seus proprietários são completamente desconhecidos, embora alguns indicadores apontem para a sua ligação a um alto estatuto social e político: um extraordinário conjunto de 3500 moedas, que rompe completamente com os padrões conhecidos para a *Lusitania*; um pedestal com a inscrição *Bono reip(ublicae) natus*, indicando um dedicante que assume uma clara vinculação política no conturbado contexto do século IV; uma *bulla* de ouro, um objeto que denuncia um raríssimo poder aquisitivo; e uma coleção de baixela de cozinha em bronze com características únicas para a *Lusitania*. Estes são alguns dos elementos que demonstram a posição verdadeiramente excepcional que Santa Vitória do Ameixial ostenta na cultura material das *villae* do território português. Tal não conduziu, no entanto, a uma exaustiva publicação dos achados, que nunca foi feita (nem os mesmos se encontram expostos em qualquer museu), nem impede que o sítio arqueológico esteja hoje fechado a cadeado.

Também do ponto de vista da planta arquitetónica, existem indicadores únicos, que demonstram uma conceção do espaço sem paralelo conhecido na província da *Lusitania*. Sem entrar em pormenores laterais ao propósito do presente trabalho, relembrar-se a planificação do espaço que se molda à encosta através de “terraços descobertos que desceriam o outeiro por degraus e que estariam decorados com plantas e alguns pequenos tanques”<sup>62</sup>, ou seja, um conjunto de patamares intermédios com tanques e jogos de água que criariam um efeito cénico extraordinariamente requintado, recorrendo a uma exuberante decoração, visível nos estuques pintados e nos frisos marmóreos.

É precisamente aqui que podemos ver a utilização maciça do mármore do anticlinal como elemento de requinte, utilizado de acordo com uma planificação rigorosa que procura dotar o ambiente construído de um harmonioso e elaborado panorama, que conjuga a estrutura construída com a criação de cenários naturais. Todos os elementos aludem à água e aos ciclos da natureza, criando um todo complexo e projetado na estrutura construída de modo harmónico, criando jogos visuais com o que seria a paisagem envolvente.

<sup>61</sup> Visão geral dos trabalhos realizados no local em Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 09.05, 221-229, com bibliografia.

<sup>62</sup> Chaves, Luís. “Estudos lusitano-romanos. I – A villa de Santa Vitória do Ameixial.” *O Arqueólogo Português* 30 (1956): 14-117, legenda da Estampa III.

Note-se a escultura de uma divindade reclinada, interpretada como de Inverno, embora a sua leitura seja problemática devido às fraturas que sofreu.<sup>63</sup> Seguramente, estaria incluída num ciclo escultórico mais alargado e necessário à sua compreensão como um todo, e terá sido encontrada por Luís Chaves na sala junto ao *impluvium*, ou seja, em local de destaque na planimetria da casa.

Neste âmbito doméstico, observe-se a qualidade escultórica da caranca de fonte recolhida na *natatio* das termas, “obra executada por um artista que conhecia e dominava, na perfeição, a linguagem plástica e técnica deste tipo de esculturas”<sup>64</sup>, demonstrando assim a elevada exigência por parte do encomendante.

E, finalmente, atente-se na profusa utilização de guarnições parietais com decoração vegetalista executadas em diferentes tipos de mármores (um total de 21 elementos conservados), criando um ambiente ricamente decorado com a temática das plantas aquáticas, que se cruzariam visualmente com as plantas utilizadas para a decoração dos ambientes aquáticos e dos espaços abertos onde a água dominava.<sup>65</sup> Em todos os exemplares conservados observamos a qualidade técnica da gravação, definindo uma simbólica elaborada, que seria realçada pelos pigmentos vermelhos que permitem perceber uma decoração ostentatória.

A *villa* de Santa Vitória do Ameixial, bem próxima do anticlinal de Estremoz, mostra-nos como a utilização do mármore enquanto material nobre reforçava os elevados padrões ostentatórios de um ambiente de *luxuria privata*, bem ao gosto de uma elite de elevada erudição e capacidade financeira.

## 5. A EXPLORAÇÃO ROMANA NO ANICLINAL DE ESTREMOZ: OS DADOS DA ARQUEOLOGIA

### 5.1. Evidências da produção

A exploração dos mármores é uma atividade por natureza autofágica, na medida em que os trabalhos em curso irão sempre delapidar e destruir os testemunhos anteriores. Acresce a este aspeto, de evidência básica para percebermos a escassez de informação no terreno, a profunda alteração da paisagem que uma pedreira pressupõe: a criação de espaços de apoio à laboração, como lugares de estadia para os tra-

<sup>63</sup> Gonçalves. *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*, 288-290.

<sup>64</sup> Gonçalves. *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*, 451-452.

<sup>65</sup> Matos, José Luís de. *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: coleção de escultura romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, 1995, 192-193.

lhadores, nem que seja para se equiparem e tomarem as suas refeições; zonas de instalação de maquinarias e materiais de extração; circuitos de passagem para as máquinas poderem trabalhar e para o escoamento dos produtos; perímetros de descarga dos inertes e escombros; áreas de trabalho para o corte e a serração; zonas de escritórios; e espaços de armazenamento de maquinaria e dos blocos antes de serem exportados, entre outros elementos.

Portanto, a paisagem do anticlinal sofreu incomensuráveis alterações, ora abrindo e ampliando crateras, ora sepultando vestígios sob imensas escombreiras ou espaços de circulação. Olhar hoje para a paisagem do anticlinal implica observar uma paisagem profundamente antropizada, em escala dificilmente imaginável [Fig. 2]. Sirva o seguinte exemplo como escala de comparação, retirado de um autor de meados do século XX:

A “cidade” dos Vilares, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A “cidade” desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinariamente impregnados de fragmentos de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladrilhos, objetos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como referem monografias locais.<sup>66</sup>

A viva descrição do autor foi comprovada no local, conversando com pessoas que conheceram a paisagem no início da laboração contemporânea, e que confirmaram a ocorrência de frequentes achados, em particular de sepulturas ainda bem conservadas na sua arquitetura funerária. Hoje, em torno da igreja de São Marcos, desenvolve-se uma das mais ativas áreas de exploração do mármore de Vila Viçosa, com poços de exploração que ultrapassam a centena de metros de profundidade, enquanto o vale se encontra rodeado por montes de escombreiras com várias dezenas de metros de altura, ocupando inúmeros hectares. A igreja ergue-se solitária no meio de uma intensa voragem de trabalho mecânico, durante vários anos alimentado a explosões de cargas de dinamite. Imaginar como seria a paisagem original é hoje um exercício quase impossível sem o apoio de recursos fotográficos como o existente para a pedreira de Vigária,<sup>67</sup> onde se torna evidente a profunda – no verdadeiro sentido da palavra – transformação da paisagem que aí ocorreu.

<sup>66</sup> Saa, Mário. *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: edição do Autor, vol. 1, 1956, 138.

<sup>67</sup> Novamente remeto para Real. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”, 82.



Estudar as paisagens marmóreas hoje é também compreender a dimensão da perda. Por isso, os testemunhos diretos são residuais, devendo ser divididos em dois âmbitos: os deslocados do seu posicionamento original e os ainda conservados, embora, neste caso, a atribuição cronológica à laboração de época romana possa ser dubitativa.

a) testemunhos deslocados – São sobre-tudo provenientes da pedreira da Vigária, em Vila Viçosa. A maioria encontra-se exposta no caminho de acesso ao Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança, em Vila Viçosa [Fig. 3]. O mais emblemático será o bloco contendo uma figuração de uma divindade aquática reclinada, esculpida a partir da fissuração natural do bloco de onde brotava água, situação que propiciou o talhe como forma de sacralizar o local.<sup>68</sup> Em outros blocos expostos, podem-se observar as marcas de corte alinhadas, correspondendo ao processo utilizado para extração:

Figura 2 – Vista geral sobre área de exploração de pedreiras na zona de Vila Viçosa.

<sup>68</sup> A peça mereceu ficha própria no catálogo *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*, editado por Adília Alarcão, 77-82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997, 86, plinto 5.1.



Figura 3 – Testemunho da exploração romana proveniente de Vigária e depositado no Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança, em Vila Viçosa.

aproveitando as diáclases naturais, os trabalhadores marcavam com cunhas de madeira os orifícios que iriam permitir a fraturaçāo dos blocos. Neste mesmo local são ainda observados elementos não totalmente talhados, nomeadamente bases e rolos de coluna. Note-se que no próprio Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança estão expostos dois sarcófagos, escavados no mesmo bloco, que deixaram de ser trabalhados porque um deles fraturou, inviabilizando o produto definitivo. Ainda neste âmbito, é incontornável mencionar o togado que foi encontrado na pedreira de Vigária e que se guarda nas instalações da SOLUBEMA, por documentar um raro testemunho de uma peça esboçada mas não terminada, antes de ser expedida para o seu local definitivo.

b) testemunhos *in situ* – Em todo o anticlinal de Estremoz, o único local onde, com segurança, podem ser identificados testemunhos de exploração encontra-se a meio de uma paisagem profundamente transformada, na pedreira abando-



Figura 4 – Testemunho de exploração *in situ* na pedreira de Lagoa, Vila Viçosa.



Figura 5 – Possível negativo de extração de um sarcófago em Lagoa, Vila Viçosa.

nada conhecida por Lagoa (Vila Viçosa)<sup>69</sup> [Fig. 4]. Ainda se encontra preservado o negativo do que terá sido um bloco para talhe de um sarcófago: o afloramento está cortado em forma subretangular, supostamente para extração do topo, que teria sido trabalhado em outro local [Fig. 5]. Em seu redor, abundam os alinhamentos com cunhas, mostrando o processo de seleção da matéria-prima e a estratégia de extração, que privilegiava os topos onde as linhas de fissuração natural possibilitavam um menor investimento na ação humana.

Não se encontram materiais arqueológicos que comprovem uma filiação em época romana, mas as evidências de exploração são significativas e merecem que o local seja protegido e salvaguardado da progressão da exploração contemporânea.

<sup>69</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.º 18/06, 429.

Um pouco mais a sul, notícias recentes que não foram passíveis de comprovação no local indicam que outras evidências de exploração antigas – possivelmente romanas – também existiriam quando se iniciou a corta de afloramentos entre o Monte da Lagoa e o Olival da Torre. Como (infelizmente) sempre sucede nestas ocasiões, o desmonte dos topos foi feita sem qualquer tipo de acompanhamento arqueológico, e as notícias só foram difundidas após a conclusão dos trabalhos de limpeza e corte superficial.

c) possíveis testemunhos – Junto ao sítio de Horta Nova (Borba) encontra-se uma extensão de afloramentos com plenas evidências de extração de blocos [Fig. 6]. Estão conservados os testemunhos de negativos alinhados de modo retangular, procedendo à retirada de uma rocha calcária mais branda, possivelmente com intuito de a aproveitar como material edilício de alvenaria. Não é possível asseverar que a exploração tenha ocorrido em época romana, mas a contiguidade do referido sítio de Nogueiras indica que é provável a laboração durante este período.

d) notícias não confirmadas – Em 1980, foi detetado um conjunto de marcas de laboração antigas na pedreira do Regoto (Estremoz).<sup>70</sup> Os vestígios foram detetados “onde se extraía mármore branco anilado rosa, a uma profundidade de 2 ou 3 m debaixo da terra ali sedimentada”, havendo ainda um “bloco irregular com duas cavidades talhadas em forma de sarcófago”<sup>71</sup>, que tinha sido encontrado no local e deslocado para o Monte do Olival. Note-se que estas referências aproximam-nos da pedreira da Marinela, onde se situa um dos mais raros e apreciados mármores do anticlinal de Estremoz. O autor referencia ainda uma “*villa* no sítio de Alpalhão, junto ao cruzamento da estrada”<sup>72</sup>, que, apesar de todos os trabalhos de prospeção desenvolvidos no local desde 2008 até ao presente, nunca foi possível localizar no terreno.<sup>73</sup> Sublinhe-se, contudo, que este facto não é surpreendente, dadas as profundas alterações da paisagem registadas no local, quer devido à laboração das pedreiras, quer devido à construção da autoestrada A6, que implicou a reformulação da rede viária nesta zona.

No mesmo texto é feita alusão ao achado de dois sarcófagos na pedreira de São Marcos (Vila Viçosa), de que teve conhecimento o professor José Bairrão Oleiro,<sup>74</sup> em 1966. Trata-se dos sarcófagos que atualmente

<sup>70</sup> As notícias foram registadas por Manuel Justino Maciel: “Évora na Antiguidade tardia”. In *Évora, história e imaginário*, ed. Afonso de Carvalho, 27-42. Évora: Ataegina, 1997, 31; e “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 233-245.

<sup>71</sup> Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 237.

<sup>72</sup> Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 237-238, nota 20.

<sup>73</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 09.22, 244.

<sup>74</sup> Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 238-239, nota 21.



Figura 6 – Possível pedreira romana em Horta Nova, Borba.

se encontram depositados no Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança e que originalmente foram deixados no local, porque ocorreu uma fraturaçāo na fase final de desbaste que inviabilizou o prosseguimento dos trabalhos e a finalizaçāo das peças. Estes sarcófagos permitem documentar o processo de laboração destes elementos, observando-se que as paredes seriam lisas, dada a pouca espessura que inviabiliza o talhe de elementos escultóricos, e observam-se ainda as marcas da serra que desbastava a rocha para separar os dois sarcófagos. Será das proximidades desta pedreira que são provenientes o “fuste de coluna, de uma base ática, de um fragmento de placa de revestimento e de um capitel bastante tardio, além de numerosos fragmentos de um único mosaico a duas cores”, que J. Bairrāo Oleiro também registou, e que se guardam igualmente na mesma instituição.<sup>75</sup>

Sempre de acordo com o artigo de Justino Maciel, é mostrada uma fotografia de um sarcófago proveniente do Monte d’El-Rei (Bencatel, Vila Viçosa),<sup>76</sup> depositado também no Museu de Arqueologia da Fundação Casa

<sup>75</sup> Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 241, nota 29, sempre citando um parecer não publicado, da autoria de José Manuel Bairrāo Oleiro, de 24 de março de 1966, intitulado *Achado de dois sarcófagos numa pedreira em Pardais*. Lisboa: Junta Nacional de Educação.

<sup>76</sup> Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 243, fotografia 3.

de Bragança, embora no texto não se faça alusão à sua proveniência. Desta pedreira, que se encontra perto da ermida da Sr.<sup>a</sup> das Mercês, são também provenientes alguns vestígios de laboração romana, nomeadamente o fuste de uma coluna grosseiramente desbastada, que se guarda na dependência do escritório de uma das pedreiras que laboram na zona. De novo, a profunda alteração da paisagem, visto que a área de laboração de Monte d'El-Rei é das mais ativas na zona de Bencatel, inviabiliza a percepção de outros vestígios na zona, embora a área tenha sido prospe-tada no decurso deste projeto, entre 2016 e 2018.

## 5.2. Os pontos de povoamento

Se a análise dos pontos de extração se encontra comprometida pelas profundas alterações da paisagem, a identificação dos possíveis locais de laboração e de habitação das comunidades que habitaram na zona do anticlinal enfrenta outras dificuldades. Por exemplo, a aparente so-breposição dos atuais locais de maior concentração populacional: se as preexistências de Estremoz nunca foram devidamente justificadas e as lendas de uma *Borba/Barbus* celta ou romana parecem não ter fundamento, outras situações são mais difíceis de analisar. Note-se o caso de Vila Viçosa, onde a existência de uma mítica *Callipole*, com o seu santuário a *Proserpina*, sustentada em especial na obra do padre Joaquim José da Rocha Espanca, é difícil de comprovar, pois os testemunhos invocados pelo autor não são localizáveis no terreno, embora existam alguns indicadores dispersos<sup>77</sup> que são sugestivos.

Neste, como nos casos anteriormente referidos, a ausência de programas sustentados de arqueologia urbana, onde as intervenções de movimentação de solos nos centros históricos deveriam sempre ser acompanhadas por ar-queólogos, resulta como um severo óbice para a investigação. Note-se que foi no quadro de uma situação de processo de obra que foi identificado o sítio arqueológico de Cerca,<sup>78</sup> mas, ironicamente, o curso da escavação foi tão absurdo e mal conduzido que as informações sobre o resultado das interven-ções são extremamente precárias.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> Carneiro, André. “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa.” *Calipole* 21 (2013): 211-232. Ver também o texto de André Carneiro entregue para publicação, intitulado “Em busca das ‘Antiguidades’ no Alentejo. O movimento humanista português nos alvares da modernidade (1560-1600)”, 15-25.

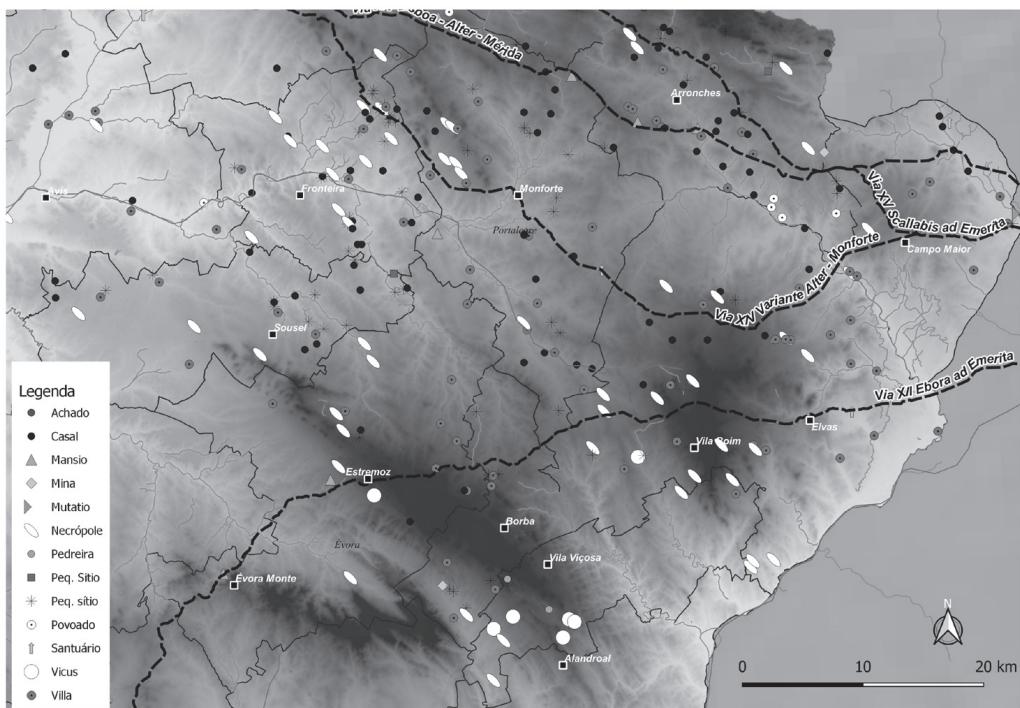
<sup>78</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.º 04/06, 73.

<sup>79</sup> Adiante o sítio merecerá uma análise própria, mas relembrar-se que a intervenção ini-ciou-se sob a direção científica de Ana Ribeiro, então arqueóloga do Gabinete Técnico Local do município de Borba, mas, em 2004, deu-se a substituição por Artur Rocha, que alterou a metodologia de intervenção (de *open area* para diversas sondagens). Apesar dos promis-sores resultados, a obra de construção do loteamento municipal prosseguiu sem registo

Desta forma, o subsolo dos atuais aglomerados urbanos está por conhecer, ficando por resolver o esclarecimento sobre eventuais preexistências antigas que parecem mais fruto de uma construção mítica da história local do que de realidades concretas.

Outra condicionante evidente é a profunda alteração da paisagem promovida pela laboração contemporânea, conforme houve oportunidade de descrever anteriormente. Por um lado, a circunstância inerente ao processo de laboração das pedreiras, que por natureza ampliam a sua existência prévia, destruindo o existente para avançar em progressão. Por outro, o ocultamento promovido pelas escombreiras, que sepultam as evidências existentes.

Tendo este panorama em mente, é natural que a rede de povoamento na zona do anticlinal fosse mais densa e rica de evidências. Mesmo assim, e de Norte para Sul, olhemos para as situações recenseadas.

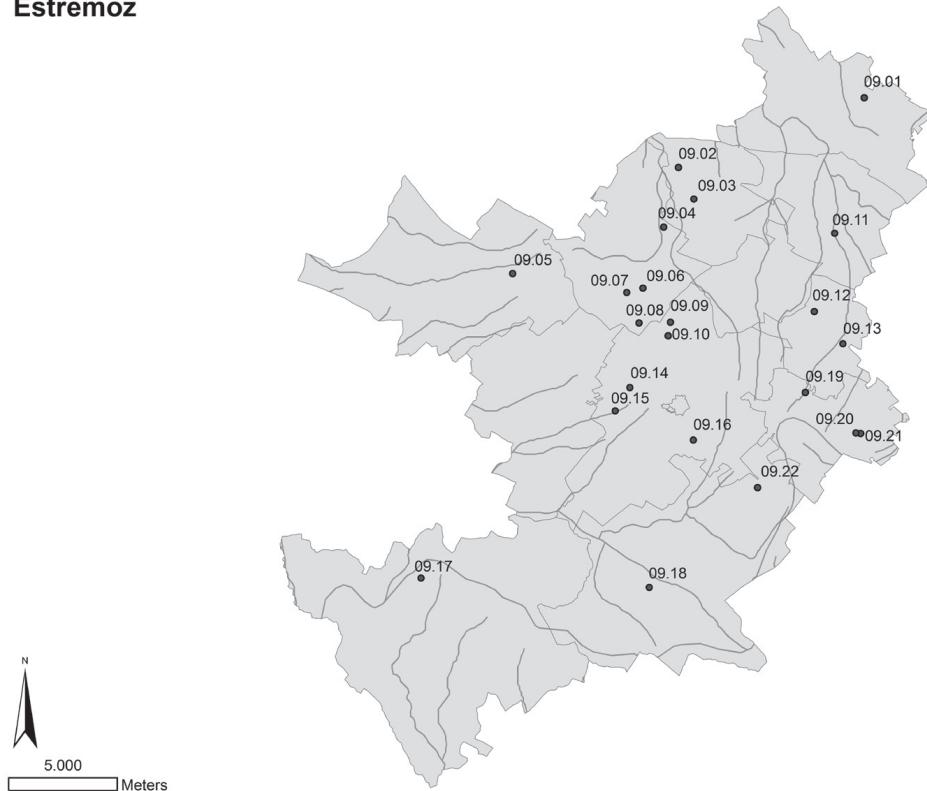


### 5.2.1. Sítios diretamente relacionados com a exploração do mármore

Figura 7 - Mapa de povoamento romano no Alto Alentejo, a partir de Carneiro, 2014. Mapa elaborado por Jesus García Sánchez.

de acompanhamento arqueológico, pelo que o sítio romano da Cerca ficou condenado ao esquecimento e à destruição promovida pelo próprio município.

## Estremoz



### 5.2.1.1. Concelho de Estremoz

O sítio de Senhora dos Mártires<sup>80</sup> apresenta um significativo conjunto de indicadores, infelizmente nunca abordados de forma integrada, de modo a esclarecer o verdadeiro perfil de povoamento do local. A situação é tanto mais bizarra quanto a proliferação de construções na envolvente tem sido feita sem acompanhamento arqueológico; e apesar da monumentalidade de vestígios como o Tanque dos Mouros – ele próprio mutilado pela EN4 –, nunca houve uma ação de valorização e de divulgação destes elementos patrimoniais únicos no território nacional. Sendo este claramente um dos locais mais relevantes do ponto de vista arqueológico em todo o anticlinal, custa a perceber como nunca se concretizou um

Figura 8 – Cartografia dos sítios arqueológicos de época romana no concelho de Estremoz. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

<sup>80</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.ºs 09/16, 239–242, que apresenta todas as informações que se referem em seguida de modo desenvolvido e com bibliografia.



projeto de estudo e dignificação dos valores existentes [Fig. 9].

É provável que a magnitude e a diversidade dos vestígios existentes possam estar relacionadas com a passagem da via XII do *Itinerário de Antonino*, como em outras ocasiões apontei,<sup>81</sup> e me parece que a resolução da proveniência do miliário atribuído a Horta do Agacha esclarece definitivamente. Na zona de Mártires poderia existir o local de embarque das cargas marmóreas, fosse na direção da capital provincial em *Augusta Emerita*, fosse com destino para *Ebora* ou para o comércio atlântico.

Certo é que as referências a achados na zona de Mártires são inúmeras, dispersas por várias fontes até serem coligidas de forma tão sistemática quanto possível no âmbito dos trabalhos de campo que resultaram na minha monografia de 2014. Mas fica por saber o volume de informações recolhidas em achados avulsos que os habitantes da zona referem, tornando ainda mais incompreensível o modo como nunca se estruturou um projeto de investigação sistemático no local.

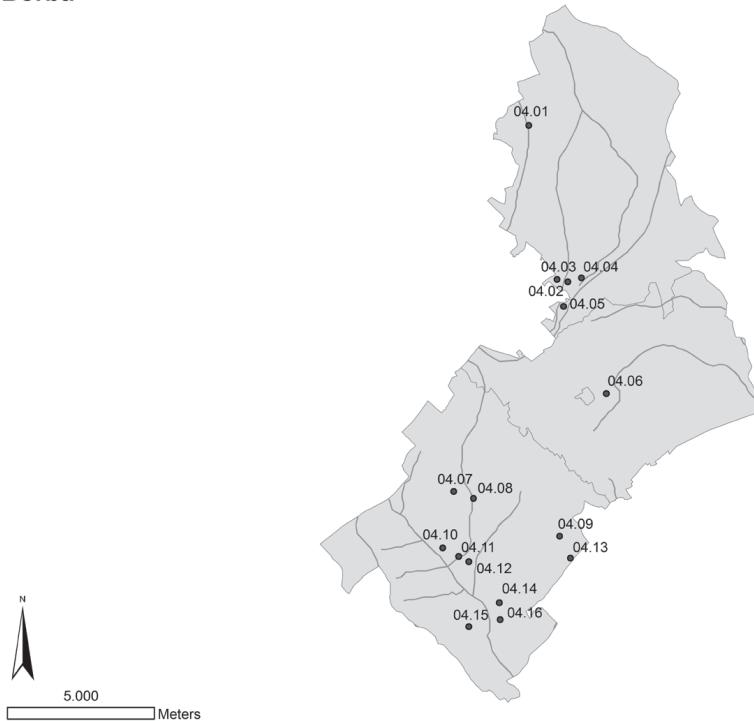
Figura 9 - Alçado do Tanque dos Mouros, Estremoz.

<sup>81</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 1, 173; Carneiro. *Itinerários romanos do Alentejo*, 55-56.

Assim, temos a referência a aquedutos de transporte de água e a vários canais, alimentando e partindo da grande estrutura hidráulica conhecida como Tanque dos Mouros. Note-se também o raríssimo testemunho de um culto a Cíbele, patente na dedicatória oferecida por *Iulius Maximianus*, um liberto de considerável poder financeiro.<sup>82</sup> Caso esta dedicatória estivesse inserida em alguma estrutura monumental, talvez o bizarro elemento escultórico figurando um cão (ou um símio) a ela pertencesse, embora a possibilidade de pertencer a uma estrutura de fonte ornamental em âmbito doméstico possa também ser considerado. E depois temos as múltiplas referências a achados de sepulturas, incluindo sarcófagos em mármore, por vezes com inscrições ilegíveis porque apagadas pelo tempo, mas sempre com peças de cerâmica e, por vezes, moedas de cobre ou ouro. No terreno, hoje em dia, observa-se cerâmica de construção e comum por larga extensão, em torno a quatro ou cinco hectares, sendo também evidente a existência de muitos blocos de mármore talhados de modo sumário, especialmente em torno do Tanque dos Mouros.

A proliferação de vestígios referenciados em notícias antigas e a diversidade de ocorrências que ainda hoje se observam no local, quer no terreno, quer em fotografias aéreas, deveriam merecer um mapeamento rigoroso, por forma a analisar o padrão de distribuição e o perfil de povoamento que existiu. As evidências apontam para um extenso local onde a relação com a passagem da via é evidente, possivelmente para o escoamento das cargas marmóreas. Contudo, é necessário perceber que tipo de povoado foi este. Da mesma forma, também é urgente dignificar os impressionantes restos da grande estrutura hidráulica do Tanque dos Mouros, que poderia ser o ponto de partida para um roteiro sobre a exploração romana do an-  
ticlinal de Estremoz. É incompreensível o esquecimento a que este sítio está votado.

<sup>82</sup> IRCP 440.

**Borba**

### 5.2.1.2. Concelho de Borba

O sítio de Nogueiras está referenciado como *villa*,<sup>83</sup> mas as visitas feitas ao local nos últimos anos no âmbito do projeto PHIM e de anteriores estudos<sup>84</sup> permitiram traçar um enquadramento apurado do que terá sido um dos pontos mais interessantes para a percepção do povoamento romano na área do anticinal. O sítio de Nogueiras merece, pela diversidade e relevância de indicadores, um olhar atento e um projeto de salvaguarda e estudo, pois apresenta um cruzamento de características único.

Os vestígios estendem-se por cerca de dois hectares, mas de modo mais intenso ao longo de uma plataforma ligeiramente sobre-elevada em face da envolvente e que poderá corresponder à existência de estruturas no subsolo. A cerâmica abunda no local: tégulas e imbrices,

Figura 10 – Cartografia dos sítios arqueológicos de época romana no concelho de Borba. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

<sup>83</sup> Plano Diretor Municipal de Borba, ficha n.º 50.

<sup>84</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoa*, vol. 2, n.º 04.13, 75-77.

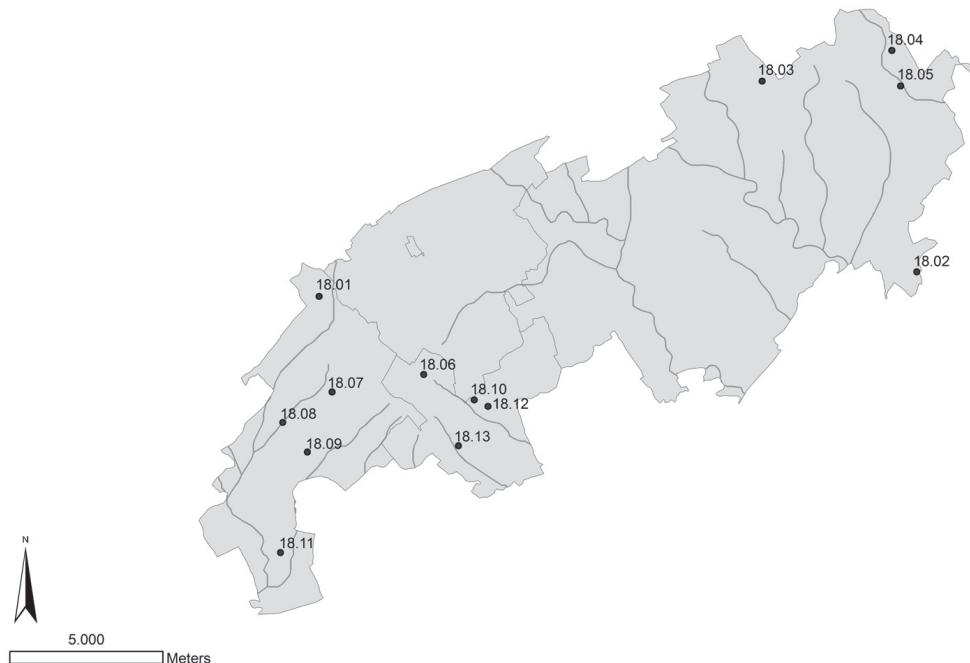
como em muitos sítios de laboração nesta área, mas em Nogueiras há a somar a presença de vários fabricos de cerâmica comum e alguns fragmentos de ânforas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e clara A e D. Ou seja, pelo registo de superfície documenta-se um abundante conjunto de abastecimentos ao local e também uma persistência na dia-cronia de ocupação. Além das cerâmicas, merece destaque a profusão de escórias e subprodutos de atividades metalúrgicas, que na sua maioria foram depositadas nos moroiços e acumulados de pedra ali existentes. A quantidade e a dimensão destes resíduos são evidentes, denunciando um intenso fabrico de materiais de ferro, sendo de notar que na envol-vente estão referenciados várias ocorrências de minas antigas. Note-se, também, que nos moroiços estão depositados vários blocos de quartzo com ocorrência de minério de ferro.

O dado mais relevante, contudo, consiste na profusão de blocos marmóreos semitrabalhados que se encontram no local e na envol-vente. Alguns foram sumariamente talhados, como uma grande laje marmórea que se encontra na propriedade vizinha, havendo ainda dados relevantes, como um bloco que apresenta uma cruz grosseiramente desenhada. Em visita recente, também foi identificada uma base de coluna semiesboçada, com a morfologia e linhas características já evidenciadas. A quantidade de elementos marmóreos semitrabalhados é tão elevada que justifica a presença de vários moroiços, sobretudo na extrema da propriedade.

Embora este sítio tenha sido interpretado como uma *villa*, sem dúvida devido à identificação de cerâmica fina de importação, estão ausentes alguns dos elementos típicos dessa categoria como, por exemplo, indicadores pertencentes a construções monumentais. Em contrapar-tida, todo o reportório aponta para a existência de áreas de laboração, quer pela ocorrência de escória e de vestígios de atividades metalúrgicas, quer pela profusão de blocos marmóreos semitrabalhados. Desta forma, no lugar de uma *villa marmorária*, como em anterior texto foi proposto,<sup>85</sup> talvez estejamos em presença de um extenso povoado com o maior e mais diversificado conjunto de indicadores da cultura material que pode ser encontrado em todo o anticlinal.

<sup>85</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.º 04.13, 77.

## Vila Viçosa



### 5.2.1.3. Concelho de Vila Viçosa

Não é fácil relacionar as referências na obra do padre Joaquim Espanca<sup>86</sup> com a paisagem atual. Além das necessárias alterações ocorridas em mais de um século, há que entender o pensamento do autor no seu contexto histórico, procurando enfatizar a riqueza do passado romano à luz de uma construção historiográfica. Atualmente, percorrendo os caminhos descritos, o que se encontra é um quadro mais estereotipado, de dispersão de cerâmica de construção e alguma cerâmica comum ao longo de vários hectares, deixando antever a existência de sítios extensivos e distendidos no espaço. Os “vilares” assim designados parecem corresponder a sítios amplos, mas com poucas evidências, onde as atividades de talhe e laboração

Figura 11 - Cartografia dos sítios arqueológicos de época romana no concelho de Vila Viçosa. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

<sup>86</sup> Espanca, P.<sup>e</sup> Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila-Viçosa. Cadernos Culturais de Vila Viçosa 1-35*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (1.<sup>a</sup> ed. 1885).

do mármore são visíveis pela presença de inúmeros restos de blocos marmóreos informes de pequena dimensão, possivelmente rejeitados e sobrantes sem utilidade.

É o caso da situação observada em Vilares da Galharda,<sup>87</sup> junto a Bencatel, onde prosseguem válidas as impressões de terreno colhidas pelo padre Espanca, onde “há ladrilhos e telhões com alguns marmores talhados, mas também muitíssima pedra miúda e alguma grossa”<sup>88</sup>. A dispersão destes vestígios é, como nos outros casos, muito ampla, pois atinge os dois ou três hectares. Não se nota uma área de concentração diferenciada, mas zonas dispersas e espalhadas no espaço onde se encontram mais elementos, com a ocorrência de espaçamentos onde os materiais são mais raros.

Refira-se ainda que a presença humana foi dilatada no tempo, visto que se encontrou uma inscrição paleocristã, o epítafio de uma criança denominada *Domitia*.

A situação é mais difusa em Aldeia das Freiras,<sup>89</sup> onde os índices de ocupação atual no terreno tornam mais complicada a identificação de vestígios, dada a existência de variadas construções e parcelamentos. E esta situação contrasta com o panorama verificado pelo padre Espanca, a julgar pela profusão de evidências que descreve, mesmo sendo de considerar os evidentes exageros do autor:<sup>90</sup>

1º – Uma grande pedra de doze palmos de comprimento por três de largura, a qual tinha no centro dos extremos uma cavidade como de rodízio ou couceira de porta, e junto dessa cavidade outra menos para gato de ferro. Era inquestionavelmente ali um grande pórtico. [...]. 4º Uma outra não apurada a cinzel ou escoda estava empinada e sobre ela tinham posto os trabalhadores um busto de mármore, cuja cabeça padecera a lesão de uma lasca tirada na face esquerda, compreendendo boca, nariz e olho direito. [...] várias pedras grossas junto do pórtico referido e ao longo dos alicerces de uma capela ou templo, indicando serem bases sobre que se erguiam colunas ou grossas pilastras. Seria aqui algum templo de Fontano e Fontana?... Deus o sabe. Na traseira deste edifício apareceram alguns canos de chumbo em perfeita conservação. Eram aquedutos de pequena porção de água e, segundo parece, de umas termas ou banhos quentes, pois mais adiante estava um tanquinho ou banheira de argamassa duríssima, além de cinzeiros perto dos canos. [...] admirei novos marmores, inculcando serem alicerces de outros [...] tâbuas de mármore alvíssimo talhado à serra, pedaços de cornija, florões de cimento [...].<sup>91</sup>

<sup>87</sup> Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, n.ºs 18/07, 429.

<sup>88</sup> Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 72.

<sup>89</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.ºs 18/08, 430-431.

<sup>90</sup> Note-se a desmesurada extensão apontada, pois “Na Fonte das Freiras, desde o nascente até cerca da vila do Alandroal” existiriam vestígios: Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 32.

<sup>91</sup> Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 80.

Fazendo fé na veracidade da descrição, teríamos nesta área um conjunto de edificações com carácter público, possivelmente albergando termas, a julgar pelo “tanquinho” e “canos de chumbo em perfeita conservação”. Quanto a “um grande pórtico”, poderia marcar a entrada para um edifício ou recinto, marcada no terreno por uma soleira de porta. A existência de “uma mão” e “um busto” em mármore pode sugerir a existência de uma iconografia elaborada ornamentando o espaço e compaginável com a existência de um espaço de congregação de gentes.

Em algum local deveria existir um recinto funerário: a apreciável quantidade de inscrições assim o indica,<sup>92</sup> com a diversidade onomástica concordando com a existência de um local para onde confluíram pessoas de distintas proveniências, como a laboração do mármore deixa supor. Note-se ainda que do local provém uma rara inscrição a *Fontano et Fontanae*, que poderia pertencer ao hipotético edifício termal atrás referenciado, ou a alguma estrutura de carácter cultural que existisse no local, em agradecimento ao manancial que brotava do chão, conforme se registou na notícia do achado<sup>93</sup>. Como em outro texto notei<sup>94</sup>, a carga de conteúdos sacros do local manteve-se ao longo da diacronia histórica, uma vez que junto à azenha de Aldeia das Freiras encontra-se a azenha da Saúde e, a 2 km para leste, a antiga ermida de S.ª Ana que, como sabemos, está ligada à cura das doenças oftalmológicas, tendo por isso, um conjunto de conotações salutíferas da mais elevada importância e que não devem ser deixadas de fora da análise<sup>95</sup>.

Pelo exposto se conclui que a profusão de elementos descritos na zona de Aldeia das Freiras, a sul de Bencatel, torna o local como forte candidato a sede de um eventual núcleo de povoamento que organizasse a atividade extractiva nesta região. Se a maioria dos restantes sítios não apresenta grande variedade de indicadores, no caso de Aldeia das Freiras, as notícias antigas são eloquentes – e concordantes, embora, pelo menos no caso de Mário Saa, possamos estar perante a repetição de *topoi* provenientes

<sup>92</sup> IRCP 438, 443, 452, 455 e 467.

<sup>93</sup> Vasconcelos, José Leite. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 1905, 256: “A fonte é terrenha, i.e., brota do chão. Podia ser transformação da antiga, caso ali tivesse tido, realmente, a sua sede o culto de Fontanus e Fontana. No terreno em volta vi muitos fragmentos de tegulas e pedras-mármore aparelhadas; e soube também que ali apareceram moedas romanas”.

<sup>94</sup> Carneiro, André. “A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto”. *Hispania Antiqua* 33-34 (2009-2010): 237-272, especialmente 254-255.

<sup>95</sup> Talvez por este facto, em notícia posterior, Mário Saa desloque para este lugar o achado da invocação: “Nas suas origens há um terreno denominado as Fontanas. Na sua margem esquerda, 2 km. a juzante dos Vilares e do M.te da Galharda, houve uma ermida, [sic] dedicada a St.a Ana, sucedânea dum templo romano consagrado aos deuses Fontanus e Fontana”. Saa. *As grandes vias da Lusitânia*, vol. I, 122.

de autores antigos, postura que o autor radicado no Ervedal por vezes adotava. Contudo, e para a investigação atual, o maior paradoxo reside no facto de ser precisamente neste local que menos vestígios se encontram à superfície, ou seja, as prospeções feitas em Aldeia das Freiras e na sua envolvente (incluindo Santa Ana) nunca trouxeram dados significativos que permitam esclarecer o efetivo perfil de povoamento de um dos sítios mais promissores de todo o anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa. Questão em aberto, portanto.

Ainda no concelho de Vila Viçosa, outros núcleos emergem na freguesia de Pardais. Em torno de São Marcos,<sup>96</sup> temos um conjunto de descrições de “vilares” ou do que seriam estes povoados híbridos, simultaneamente de extração e de laboração do mármore. Como foi atrás referido, as descrições de achados antigos em torno da igreja de São Marcos são eloquentes: além da habitual cerâmica de construção e comum, referem-se colunas de mármore, silhares e objetos vários. A novidade neste local é-nos dada através de Mário Saa, que refere o achado de mosaicos, embora esta informação deva ser lida com cuidado, uma vez que ninguém mais a reproduz.<sup>97</sup> Soma-se também a descrição de um espaço de lagar, com uma grande pedra no seu centro, que foi obtida por informação oral obtida no local. Além do mais, deveria existir um espaço sepulcral, pois alguns trabalhadores recordam-se de terem sido desmontadas algumas sepulturas com inumações no seu interior, além de conterem alguns objetos, dos quais o mais emblemático seria uma pulseira de ouro que entretanto desapareceu.

Saindo de São Marcos para sul, a exploração contemporânea dos marmores atinge os limites máximos de extração, com pedreiras que laboram a 120 m de profundidade. É precisamente nesta zona que sobrevive um dos sítios mais interessantes do anticlinal: Fonte Soeiro<sup>98</sup>, que se encontra próximo do aglomerado populacional em zona de hortas e bons solos agrícolas que, possivelmente por este motivo, têm salvaguardado o sítio arqueológico.

Temos vários testemunhos no local, alguns mais difíceis de avaliar, como a memória de um “caminho para Madrid”, que no terreno dificilmente se consegue perceber, embora tenha sobrevivido uma linha fóssil na paisagem, precisamente orientada para este. Os indicadores mais relevantes, contudo, estão à superfície, como cerâmicas de importação, nomeadamente *terra sigillata* hispânica e ânforas de fabrico lusitano. Também abundam as cerâmicas de construção, fabricos de cerâmica

<sup>96</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.ºs 18/10, 431-432.

<sup>97</sup> Saa. *As grandes vias da Lusitânia*, vol. I, 138.

<sup>98</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.ºs 18/12, 432.



comum, escória de ferro e manchas de *opus signinum*. Uma evidência direta é um grande bloco de mármore cinza semitrabalhado [Fig. 12]. Mais para cima, na direção da encosta e das escombreiras atuais, várias fontes referiram achados antigos de sepulturas, sendo que há notícia de achados de “pedras com letras”.

No seguimento do vale, encontra-se o atual aglomerado urbano de Pardais<sup>99</sup>. Aqui, os indicadores, embora abundantes, são mais difíceis de ler, em grande parte devido à sobreposição topográfica do aglomerado atual, não sendo de excluir que os vestígios anteriormente mencionados tivessem continuidade de modo a estarmos, afinal, perante um mesmo sítio. Por serem indicadores tão relevantes e tão extensos, Mário Saa chega a colocar neste contínuo que vem de São Marcos a sede da *mansio* de *Ad Adrum Flumen*, ponto de passagem da via XIV mencionado no *Itinerário de Antonino*.<sup>100</sup>

Figura 12 – Bloco de mármore semitrabalhado em Fonte Soeiro, Vila Viçosa.

<sup>99</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, n.ºs 18/13, 432-433.

<sup>100</sup> Saa. *As grandes vias da Lusitânia*, vol. I, 138.

Sendo difícil discernir as realidades no terreno, assinala-se que estão atribuídos a Pardais os tapetes de mosaico e os materiais arqueológicos expostos hoje no Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança, em Vila Viçosa.<sup>101</sup> Note-se que está atribuída a Pardais uma rara invocação epigráfica, constante de uma dedicatória a *Salus* em agradecimento por alguma graça curativa.<sup>102</sup> Dos topónimos referidos pelo padre Espanca, apenas o “Monte da Misericórdia” é hoje reconhecível, mas não se encontraram testemunhos de achados antigos, apesar dos “ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de sumptuosos edifícios”<sup>103</sup> apontados pelo autor.

Note-se, por fim, que o próprio nome da povoação será uma corruptela da palavra “paredais”, indicando a existência de estruturas bem visíveis aquando do processo de reconstituição do aglomerado populacional.

#### 5.2.1.4. Comentário: sítios de extração e laboração no anticlinal

Em termos gerais, os sítios recenseados diretamente no anticlinal e na sua orla apresentam um conjunto de características comuns.

Salvo honrosas exceções – como pode ter sido o caso de Vigária, mas a percepção global é truncada pela profunda alteração da paisagem envolvente –, os locais de extração marmórea no anticlinal privilegiaram as cotas intermédias, estando ausentes dos pontos mais elevados. Este fator pode ser originado pela geografia da investigação: é nas cotas mais altas e nas zonas de cumeada que a progressão é mais difícil, seja porque o denteado das cristas coloca dificuldades ao trânsito, mas também pela vegetação de mato rasteiro cerrado que proliferava na maior parte desses pontos. Mas em geral, as evidências de cortes antigos encontram-se em zonas mais planas, a média cota das elevações. É o caso de Lagoa, como também da zona entre São Marcos e Fonte Soeiro, ou ainda em Horta Nova. O propósito parece claro: a exploração romana privilegiou a compatibilidade entre o fácil acesso às diaclases de início de corte com a facilidade de escoamento dos blocos, procurando zonas de pendente suave por onde os carros de bois transportassem as cargas até às zonas imediatas de laboração. De um modo geral, em todo o anticlinal encontramos este padrão: Mártires tem pedreiras em toda a envolvente, mas estão em cota baixa, com fácil acesso; em Nogueiras/Horta Nova o mesmo sucede; idem em Lagoa e baixa de Bencatel; e o mesmo em São Marcos/Fonte Soeiro/

<sup>101</sup> Oleiro. *Achado de dois sarcófagos numa pedreira em Pardais*; Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 241, nota 29.

<sup>102</sup> IRCP 375.

<sup>103</sup> Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 83.

Pardais. Apenas Vigária se encontra a cota mais elevada, embora com uma pendente que facilita o acesso (ainda hoje, é este o caminho de escoamento).

Ou seja, os locais de extração/laboração situam-se no perímetro imediato do anticlinal, salvo existências ainda por identificar. Mapeando os conjuntos, encontramos uma associação que forma um anel incompleto, que rodeia o anticlinal por norte, oeste e sul. O significado ainda não é totalmente claro, mas esta é uma pista que poderá ser confirmada por futuros trabalhos de prospeção intensiva no terreno.

Quanto às evidências no terreno, o elemento mais notável a destacar é, desde logo, a grande extensão de cada um deles. De um modo geral, as unidades de povoamento estendem-se por dois a quatro hectares e, em vários casos, temos visões truncadas pelas transformações contemporâneas da paisagem. Esta impressão de áreas muito extensas justifica o qualificativo de “Vilares”, que os autores antigos atribuem, ou seja, “lugares ou pequenas aldeias”. Este dado, já de si significativo, contrasta fortemente com o panorama observado por Ruth Taylor para a sua área de estudo: “Se trata generalmente de yacimientos muy pequeños, con una extensión detectada en superficie entre 100 y 500 m<sup>2</sup>, caracterizados por una dispersión de materiales muy pobres [...]”<sup>104</sup>.

Pelo contrário, nos sítios do anticlinal, a extensão e a variedade de indicadores são a norma. Em geral, estamos perante unidades de grandes dimensões, equiparáveis ao que geralmente se atribui para uma *villa* ou para um *vicus*, ou seja, um panorama no qual vamos recorrentemente encontrando materiais durante várias centenas de metros. Atualmente, na maioria dos locais, apenas se visualizam materiais cerâmicos de construção e blocos marmóreos com evidências de talhe sumário. Contudo, como vimos, as notícias antigas ampliam substancialmente o leque informativo, com notícias de elementos construtivos e ornamentais e, inclusivamente, de pavimentos de mosaico. Note-se, também, que parece existir uma rara contiguidade ou proximidade espacial entre os locais de vida e os âmbitos funerários, visto que não se notam separações na paisagem entre os espaços de laboração e aqueles onde se referem achados de elementos sepulcrais. Note-se ainda que os sítios do anticlinal apresentam uma profusa quantidade de epigrafia funerária, no que me parece ser um dos indicadores mais relevantes para uma análise sociocultural. Na verdade, contrariando a visão geral de massas de trabalhadores indiferenciados, observa-se que do anticlinal provêm várias inscrições funerárias ou votivas, indicando relevantes indicadores de cariz antroponímico (bastante

<sup>104</sup> Taylor. “Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España)”, 241.

onomástica helenizante, por exemplo) e económico. Merece destaque a inscrição de Mártires atribuída a *Iulius Maximianus*, liberto que ostenta a sua condição de modo inequívoco.

Como foi referido por diversas vezes, todo o anticlinal necessita de um mapeamento rigoroso das suas evidências arqueológicas, até como forma de salvaguarda e valorização deste património. Mas um dos elementos relevantes para a compreensão espacial deste modelo de povoamento, que só de forma fugaz conseguimos entrever, é a proximidade destes “Vilares” ou locais de laboração a mananciais de água. Em Mártires, esse facto é evidente, mas em todos os outros locais encontramos este tipo de proximidade, que inclusivamente origina os agradecimentos a *Salus* e a *Fontano et Fontanae* mencionados. Este pode ser outro indicador para o futuro da investigação: embora todo o anticlinal seja uma considerável reserva estratégica de água, em certos pontos privilegiados os mananciais afloram, tornando a laboração do mármore mais facilitada, dada a considerável quantidade de água corrente necessária.

Neste âmbito de análise, note-se ainda que em vários locais se observam indicadores microtopográficos sugestivos. Em locais como Galharda, Nogueiras ou Fonte Soeiro, notam-se pequenos relevos e plataformas que podem indicar a presença de estruturas no subsolo, eventualmente ainda bem conservadas. Seria, portanto, necessário que se cuidasse da preservação destes sítios e se procedesse a ações de mapeamento, eventualmente recorrendo a técnicas não invasivas, como a prospeção por georadar.

Note-se ainda que não existe a preocupação de orientar a implantação destes sítios de acordo com critérios de proximidade a solos de elevada aptidão agrícola. Este é um dos critérios que geralmente norteiam a escolha das *villae*: a proximidade a manchas de solo de grande capacidade, de classe A ou B. No caso do anticlinal, este padrão não se verifica: é certo que em alguns casos encontramos boas hortas nas proximidades, como em Aldeia das Freiras ou em Fonte Soeiro, mas a mancha de dispersão dos vestígios parece orientar-se para outras direções (em torno do curso de água, no primeiro caso, e para as atuais pedreiras, no caso do sítio próximo de Pardais). Nestes, como em outros casos, a preocupação parece ser outra, direcionando-se em função de áreas com espaço para laboração e dos já referidos recursos hídricos em abundância.

### 5.2.2. Os sítios na envolvente do anticlinal: as *villae*

Como nota prévia, é preciso fazer notar que os três concelhos em análise – Estremoz, Borba e Vila Viçosa – não apresentam qualquer carta arqueológica publicada, resultado de prospeções sistemáticas no seu

território. Existem trabalhos feitos aquando da elaboração dos Planos Diretores Municipais, mas que não apresentaram uma metodologia clara que fosse exaustiva na cobertura de cada território.

Em função dos trabalhos de prospeção que, desde 2008, têm sido desenvolvidos em toda a área do anticlinal,<sup>105</sup> começa a tornar-se nítido um perfil de povoamento em época romana na região. Ao contrário do geralmente suposto, até pela tradição da investigação sobre o tema, não parece existir uma direta vinculação das *villae* à exploração do mármore, o que de algum modo reforça o possível estatuto privilegiado que a tutela imperial estabeleceu na região.

Quero com isto reforçar que, se os sítios em torno das pedreiras obedecessem ao padrão de cultura material das *villae*, seguramente que a exploração teria um estatuto de concessão privada, onde cada *dominus* organizava a extração do mármore de acordo com os recursos existentes no seu *fundus* próprio.

No quadro que se vai desenhando, parece que os sítios vinculados com a laboração têm um perfil distinto – apesar das inúmeras dúvidas que ainda subsistem –, conforme tem sido expresso em anteriores textos.<sup>106</sup> Por exemplo, o fóssil diretor geralmente reconhecido para a identificação de uma *villa* – a existência de pavimentos de mosaicos, erroneamente sempre atribuído a esta categoria de sítios – apenas se encontra comprovado em São Marcos (mesmo assim, uma referência que deve ser lida com reticências, pois Mário Saa não se deslocou ao local) e Pardais, dos quais se guardam fragmentos no Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança.

Como foi referido no ponto anterior, os sítios existentes na área definida pelo anticlinal parecem corresponder a oficinas de laboração e/ou a aglomerados que congregavam as gentes que trabalhavam e geriam a exploração do mármore.

Para procurarmos a existência de *villae*, devemos olhar para a cintura que rodeia o anticlinal. Nessa área, situada a curta distância, mas fora do perímetro, encontramos vários sítios cuja cultura material efetivamente corresponde ao que podemos considerar como as grandes residências áulicas privadas, com elevados indicadores de monumentalidade e conforto.

<sup>105</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*. Até 2011, com posteriores prospeções não sistemáticas na realização do presente projeto.

<sup>106</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*; veja-se também Carneiro, André. “Vila Viçosa e a exploração do mármore em época romana”. In *Vila Viçosa. Vila ducal renascentista. Vol. III – Estudos históricos do dossier de candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO*. Vila Viçosa: Município de Vila Viçosa, 2018.

Começando de norte para sul, temos o já referido caso de Santa Vitória do Ameixial. Objeto de escavações arqueológicas, ficou aqui documentado um dos mais perfeitos exemplos do que seria uma *villa de otium* clássico, com uma das mais originais planimetrias arquitetónicas e programas decorativos conhecidos no Alentejo. Pelo exposto em capítulo anterior, parece natural vincular a propriedade do local com algum alto dignitário em função dos diversos elementos da cultura material encontrados no sítio, em especial o possível pedestal com a inscrição de carácter político. Mais complexo parece ser a avaliação de uma eventual ligação do seu proprietário com a exploração dos mármores. Santa Vitória encontra-se na terminação da crista do anticlinal (a chamada Serra de São Miguel), mas em área onde não existe qualquer viabilidade para a exploração deste recurso. Pelo contrário, parece evidente que a cultura material do sítio – em especial, a identificação de um lagar – o pode vincular à exploração de carácter agropecuário. O local encontra-se próximo de solos de excelentes aptidões agrícolas e com uma implantação que sugere a busca das *paisagens ideiais de otium et contemplatio*, muito caras ao imaginário dos possessores das *villae*, dominando um amplo horizonte visual que, por curiosidade, se situa na direção exatamente oposta ao do anticlinal. Portanto, não resulta clara a ligação a uma eventual área de laboração do mármore.

Ainda no concelho de Estremoz, mas para oriente, encontramos o sítio de Reguengo<sup>107</sup> (São Domingos de Ana Loura), onde os indicadores de terreno apontam para uma possível *villa*. Além de elementos relacionados com o espaço de habitação – canalizações em *opus signum*, colunas e capitéis em mármore e numerosos materiais de superfície –, existem dados que apontam para uma área de âmbito funerário e para uma zona de laboração, com abundantes escórias de minério de ferro. Contudo, também não existe nada que vincule o sítio com a laboração do mármore: a paisagem é pouco apta, estando junto a excelentes solos agrícolas, e a vocação do local parece ter consistido nas atividades metalúrgicas. Conhecem-se elementos arquitetónicos em mármore, mas no terreno não se encontra um único fragmento deste material.

Próximo deste local encontra-se, já no concelho de Borba, a *villa de Zumbrete*.<sup>108</sup> Apresenta um quadro paisagístico semelhante ao anterior, a média distância do anticlinal e em paisagem de elevada aptidão agropecuária, com visibilidade para a direção oposta ao anticlinal. No entanto, os indicadores são promissores, pois o mármore está bem presente na cultura material do sítio. Foi encontrado um pequeno elemento escultórico

<sup>107</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 09.13, 237–239.

<sup>108</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 04.02, 71–72.



deste material, figurando uma perna de pequenas dimensões, e encontram-se elementos arquitetónicos, como uma pequena base de coluna e uma placa moldurada [Fig. 13]. Sobretudo, temos presentes numerosos fragmentos informes, que podem indicar restos de laboração (além de fragmentos de escória de minério de ferro). Portanto, em Zumbrete temos um local com evidente potencial, que mereceria um estudo específico.

Na área urbana de Borba foi documentado o já referido sítio de Cerca,<sup>109</sup> que infelizmente sofreu um processo de intervenção arqueológica bastante conturbado e que dificulta muito a análise do local. A primeira sondagem realizada documentou um interessante edifício de absides geminadas, com paredes revestidas a estuque e pavimento de mosaico, um dos poucos registados na área do anticlinal. Contudo, quer nos elementos construtivos, quer nos achados provenientes da escavação, em nenhum lugar se menciona a ocorrência de mármore. Desta forma, ficou por definir, não apenas se este material poderia fazer parte da cultura material do

Figura 13 - Base de coluna encontrada no sítio de Zumbrete, Borba.

<sup>109</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 04.06, 73-74.

sítio, como o próprio perfil de povoamento no local. Note-se que dos sítios incluídos neste capítulo, é a Cerca que se encontra mais próxima das atuais áreas de laboração das pedreiras, pelo que parece ter-se perdido uma boa oportunidade de termos um *case study* que, de modo eficaz, nos permitisse conhecer os espaços de vida nesta região.

Finalmente, no concelho de Vila Viçosa, o único sítio que pode, com segurança, ser interpretado como *villa* será Torre do Cabedal,<sup>110</sup> onde, inclusivamente, decorreram escavações arqueológicas que nunca foram documentadas, pelo que, objetivamente, nada se sabe do que foi encontrado. No entanto, uma visita ao local permite perceber que se trata de um sítio de impressionante monumentalidade, mas que hoje está abandonado e entregue à depredação dos caçadores de tesouros. Os trabalhos arqueológicos decorreram no espaço termal, ricamente decorado com mosaicos de grande qualidade, mas não existe qualquer planimetria das estruturas, razão pela qual o sítio nunca aparece referido nos *corpora* respetivos. Por isso, fora a menção a uma “roda de ralo” em mármore, nada mais se conhece neste material que tenha sido identificado no local, nem à superfície se encontram materiais deste tipo – embora, volto a frisar, não se saiba o que foi encontrado nas escavações ali realizadas. De todos os sítios aqui registados, este será o que se encontra a maior distância do anticlinal, parecendo claramente vinculado com a exploração agropecuária da envolvente.

#### 5.2.2.4. Comentário: sítios de exploração agropecuária na orla do anticlinal

Em visão geral, os sítios que se encontram na envolvente da formação geológica do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa parecem obedecer a um conjunto de constantes comuns. Note-se, contudo, que as considerações apresentadas são precárias em face do estado atual da investigação, que necessita de uma análise sistemática, que nunca foi realizada.

De qualquer forma, parecem existir alguns feixes de ligação. O dado mais relevante – visto que a cultura material e a planimetria estrutural dos sítios são desconhecidas – reside na implantação espacial. Em todos os casos, os sítios encontram-se a média distância do anticlinal. Nenhum apresenta relação visual com a zona dos mármores, ou seja, todos estão voltados para a linha de horizonte oposta. E este dado é por si só relevante, uma vez que em época romana o controlo visual da paisagem é de extrema relevância. Notem-se as várias referências que as fontes literárias de época romana fazem ao modo como o *dominus* observava os

<sup>110</sup> Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*, vol. 2, 18.05, 428–429.

seus trabalhadores no labor agrícola a partir de um plano elevado da sua *villa* (uma janela ou um terraço de contemplação),<sup>111</sup> hábito que se mantém para os autores cristãos. E note-se ainda como, nos sítios implantados no anticlinal e apresentados no ponto anterior, se verifica uma relação de contacto visual direto entre o local e a zona de laboração das pedreiras. Tal não se verifica nos sítios listados neste capítulo, que, inclusivamente, “viram costas” à elevação do anticlinal. A paisagem contemplada é iminentemente de índole agropecuária, com relevos suaves e vales de aluviação que propiciam uma agricultura de regadio, que poderia ser a base económica primordial de cada um. Mesmo no caso de leitura da paisagem mais problemática – o sítio de Cerca, em Borba, situado no subúrbio de saída do atual aglomerado urbano –, encontramos no sopé do vale um curso de água, a ribeira de Borba.

Relação visual inversa e proximidade a paisagens de base agropecuária, portanto. Quanto ao registo de superfície, o padrão também muda: sítios com diversidade artefactual mais abundante, onde se encontram as cerâmicas de importação, quer as de tipo *terra sigillata*, quer os contentores anfóricos de abastecimento. E a ausência dos blocos de mármore informes que, como vimos, predominam em todos os sítios que se encontram na área do anticlinal e que, nestes situados na sua orla, apenas vimos em Zumbrete. Da mesma forma, também o padrão de dispersão é diferente, pois mais intenso: é certo que este facto depende muito das condições pós-deposicionais, mas em todos estes locais encontram-se manchas de dispersão de materiais muito densas, bem distantes do padrão rarefeito dos sítios do anticlinal. E encontramos também aparelhos construtivos de grande volumetria, como silhares de granito ou elementos arquitetónicos em mármore.

No restante, os poucos sítios escavados confirmam esta impressão. Se de Cerca as informações são pouco manuseáveis, dadas as condições em que decorreram as intervenções, em Santa Vitória do Ameixial e em Torre do Cabedal é bem evidente a magnitude da massa arquitetónica e o requinte decorativo dos locais, próprios de um fausto áulico característico das *villae*.

<sup>111</sup> A título de exemplo, veja-se a descrição de Sidonio Apolinar sobre a *villa Leontina*, um testemunho particularmente interessante por perpetuar, em pleno século V, as preocupações e o modo de habitar que os proprietários rurais ostentam desde o século I d.C. Note-se que o autor viveu entre c. 430 e 489 d.C., em conjuntura de acelerada mudança (Sidonio foi feito prisioneiro pelos godos, aquando da tomada de Clermont, em 474). Em *Carmina* XXII 210–215, podemos ler como o autor desfrutava da ampla paisagem proporcionada por uma larga janela instalada no segundo piso de um dos torreões laterais da fachada principal de uma *villa*, que apresenta interessantes paralelos com o exemplo conservado de São Cucufate (Vidigueira).

Inúmeras questões continuam em aberto, mas a dispersão de grandes sítios em torno do anticlinal parece indicar a presença de grandes *villae* dedicadas à exploração agroeconómica. A relação destes locais com os espaços de laboração fica por esclarecer, inclusivamente do ponto de vista das articulações mútuas de abastecimento e conectividade: eram estas *villae* que providenciavam os materiais de subsistência para as massas de gente que laboravam nas pedreiras ou, pela escala da exploração, os abastecimentos teriam de vir de longe? E era nas pedreiras que os *domini* procuravam os mármores que ornamentavam os programas decorativos e escultóricos das suas *villae*, ou as escolhas obedeciam a outros padrões? Responder a estas questões implica um estudo intensivo dos padrões da cultura material, mas, por enquanto, a leitura não parece ser unívoca e direta. Relembre-se, por exemplo, que na *villa* de Quinta das Longas (Elvas), o conjunto escultórico vem do outro extremo do Mediterrâneo, estando vinculado às oficinas de Afrodísias, e que na *villa* de Horta da Torre (Fronteira), em curso de escavação pelo signatário, os frisos do rodapé da grande sala do *stibadium* parecem ter vindo das pedreiras de Trigaches, não pertencendo seguramente ao anticlinal de Estremoz.

Há muito para conhecer ainda.

## **6. OS TEMPOS DA EXPLORAÇÃO: PARA UMA LEITURA DIACRÓNICA DA EXPLORAÇÃO DO MÁRMORE NO ANTICLINAL EM ÉPOCA ROMANA**

Um facto parece ser seguro: antes da presença romana, não existia exploração do mármore no anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa. Não se conhecem elementos escultóricos ou arquitetónicos em mármore na cultura material do povoamento indígena do sudoeste peninsular.

Esta ausência deve-se à inexistência de linguagens escultóricas próprias, porque a imagética teria certamente outras fórmulas de expressão. Para o atual território português, apenas para a área norte existem alguns elementos escultóricos, como as figurações de berrões e de guerreiros monumentais no âmbito da cultura castreja, em ambos os casos utilizando a rugosidade do granito autóctone. Mesmo nas áreas de contacto com o mundo clássico – em especial no sudeste levantino, onde as colónias gregas estavam instaladas –, os elementos são raros e de provável origem extrapeninsular. Desta forma, todos os modos de aproveitamento dos recursos geológicos endógenos surgem sob a gestão romana, no quadro da integração do território peninsular na administração do Império. E da preexistência, o poder romano pouco aproveita: não havia uma monumentalização arquitetónica; uma plástica urbana; um programa de extração e rentabilização económica destes recursos; nem um

“saber-fazer” sofisticado que Roma pudesse incorporar. Em resumo, é apenas com Roma que se inicia uma verdadeira exploração das pedreiras e dos recursos geológicos e também será com Roma que se inicia a utilização das pedras ornamentais, como o mármore.

Não é determinável o início da exploração dos recursos minerais em época romana. Não existem dados diretos sobre o início de laboração das pedreiras, apenas algumas indicações a partir das quais se podem inferir informações. Por exemplo, uma epígrafe proveniente de Alcácer do Sal<sup>112</sup> menciona-nos um *Vicanius*, filho de *Boutius* (dois nomes de ascendência celta), que dedica um voto a Augusto por ocasião do seu 12.º consulado (5 ou 4 a.C.). A peça é de granito da região, indicando uma precoce exploração das pedreiras de granito, seguramente no quadro dos programas edilícios então em curso nas cidades.

Quanto ao mármore, as primeiras evidências da sua extração pertencem ainda ao imperialato de Augusto, mas será com Tibério que se inicia verdadeiramente o investimento no anticlinal como recurso geoestratégico que irá alimentar os programas construtivos em curso. Já foi mencionada a importância de *L. Fulcinius Trio* neste processo, quer na negociação com as comunidades de Juromenha, quer na supervisão do movimento em curso na capital provincial, *Augusta Emerita*, que alimentava os seus principais monumentos com o mármore do anticlinal. É seguro que este processo segue com Cláudio, uma vez que detemos vários testemunhos da utilização do mármore de Estremoz e de Vila Viçosa em monumentos da Lusitania e da Bética durante este período.

Embora sejam mal conhecidos a escala e o alcance do processo, segue-se uma intensificação ainda maior com a dinastia flaviana, que procede a uma remodelação dos programas iconográficos e escultóricos de várias urbes da Lusitania, como ocorre em *Conímbriga* e também em *Ebora Liberalitas Iulia*, conforme se mencionou anteriormente. Desta forma, a exploração do mármore do anticlinal prossegue de forma intensa, abastecendo as principais cidades do território provincial, bem como os mercados locais da região envolvente: note-se a grande quantidade de elementos escultóricos e epigráficos que nesta época encontramos no santuário de *Endovelico* ou a profusão de inscrições funerárias, datadas desta época e da centúria seguinte, por toda a zona do Alto Alentejo e Alentejo central.

Desta forma, também durante o século II encontramos a presença do mármore estremocense em vários âmbitos, embora sobretudo na esfera mais privada. A situação intensifica-se durante o século seguinte, na medida em que se verifica a maciça utilização do mármore no processo de

<sup>112</sup> IRCP 184.

monumentalização das grandes *villae* que nesta época se irão construir em toda a *Hispania*.

Como foi referido anteriormente, o mármore é eleito como a matéria-prima por excelência na decoração dos ambientes construídos, em especial nas salas de receção e nos edifícios termais. O uso do mármore é feito em larga escala como *ornatus* de excelência, transmitindo o brilho e o prestígio. Este processo está inclusivamente descrito em vários autores da época, que destacam a sua utilização como símbolo de prestígio na decoração de interiores: em Símaco encontramos os melhores exemplos, quer na referência aos revestimentos em mármore, feitos com tanta mestria que se julgaria de uma única peça, quer nos elementos arquitetónicos, como as colunas, tão perfeitas que poderiam ser de mármore da Bitínia.<sup>113</sup>

Encontramos o mármore do anticlinal em inúmeras *villae*, seja na própria área de exploração – o caso de Santa Vitória do Ameixial já foi apresentado com detalhe –, seja em âmbitos mais distantes na *Hispania*, como nas excepcionais *villae* de Carranque e Noheda. O âmbito da distribuição ganha ainda mais amplitude, na medida em que encontramos abastecimentos aos programas construtivos públicos em cidades do Norte de África, como *Volubilis*.

Tradicionalmente, pensava-se que a partir do século IV se iniciava um processo de decadência inexorável na atividade das pedreiras. A progressiva atrofia da vida urbana, com o final dos processos de construção na edilícia pública e a cada vez maior concorrência dos mármores orientais, colocados no mercado a preços muito competitivos, conduzia a este pressuposto. Mas a investigação recente tem levado a questionar esta leitura. Em outro capítulo do presente texto foi referido o modo como a investigação arqueométrica recente tem permitido confirmar que o mármore de Estremoz é a matéria-prima de eleição para a escultura funerária utilizada na *Hispania*, como a identificação de alguns sarcófagos por finalizar, encontrados no próprio anticlinal de Estremoz, já deixara perceber. Desta forma, vemos como, durante o século IV e os inícios do V, o mármore continuou a ser extraído, procedendo-se a uma fina elaboração escultórica, criando figurações que obedecem a preceitos de carácter espiritual e simbólico, refletindo também as influências filosóficas e religiosas destes tempos. A difusão do mármore do anticlinal continua a direcionar-se para o âmbito centro/norte da *Hispania*, acompanhando os programas construtivos e decorativos das grandes *villae*, sendo que os sarcófagos irão servir de última morada para estes *domini*, que elegem o mármore do anticlinal

<sup>113</sup> Para ambas as referências: *Ep. I*, 12.

como matéria-prima de exceção. Neste domínio de valoração simbólica, a inscrição do sarcófago de Ithacius, na catedral de Oviedo, não deixa dúvidas sobre o “precioso mármore”, *praetioso marmore*.

No século V inicia-se a viragem para um outro âmbito do domínio espiritual e religioso. Os escritos de âmbito cristão expressam a condenação ao luxo e à opulência que os ambientes áulicos materializavam, e o mármore está na primeira linha da crítica: renuncie-se aos *marmoribus tegi*, proclama Paciano de Barcelona,<sup>114</sup> e habite-se em ambientes austeros.

No entanto, verificamos que a utilização do mármore continua a ser exigida como elemento de excepcionalidade. É certo que os ambientes mudam: já não é o âmbito doméstico que agora reclama o mármore, mas as construções religiosas cristãs. Nas igrejas e nos batistérios que modificam a paisagem da *Lusitania*, o mármore continua a manter todas as suas qualidades simbólicas: símbolo de requinte e de prestígio, é também identificado com a pureza, e o brilho que dele emana, ou a luz por ele refletida, adequam-se na perfeição aos ensinamentos e valores da прédica cristã.

Um trabalho recente permitiu realizar uma visão de síntese sobre a utilização do mármore em época tardoantiga.<sup>115</sup> Vemos, assim, como a escultura e os ambientes litúrgicos utilizam os mármores do anticlinal, permitindo perceber como seguem em funcionamento os locais de extração, que alimentam os templos cristãos que se constroem. Neste âmbito, o excepcional achado de um pé de altar semitrabalhado, que na década de 80 foi fotografado *in situ* na pedreira de Horta Nova (Borba)<sup>116</sup> [Fig. 14], mostra como as oficinas de laboração estavam em pleno funcionamento, o que ajuda a explicar a grande homogeneidade dos programas iconográficos e decorativos da zona emergente. Ainda sobre o vizinho sítio de Nogueiras, atrás incluído na listagem de pontos de interesse arqueológico, note-se que uma recente prospeção por nós efetuada no local permitiu documentar a existência de um bloco de mármore semitrabalhado com uma cruz grosseiramente esquematizada, o que pode ser um indicador cronológico relevante [Fig. 15]. Sublinhe-se, também, que no registo de superfície do local estão presentes fragmentos de *terra sigil-*

<sup>114</sup> *Sermus de Paenitentibus*, X, 3.

<sup>115</sup> Cruz Villalón, María. “The use of marble in Lusitania between Rome and Islam”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21–26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 85–91. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

<sup>116</sup> Deve-se a Jorge de Oliveira a documentação deste importantíssimo elemento, bem como a cedência da fotografia, pelo que muito agradeço ao autor. Infelizmente, o pé de altar ter-se-á perdido, não sendo identificado em visita posterior ao local, nem nas prospeções realizadas a partir de 2008.

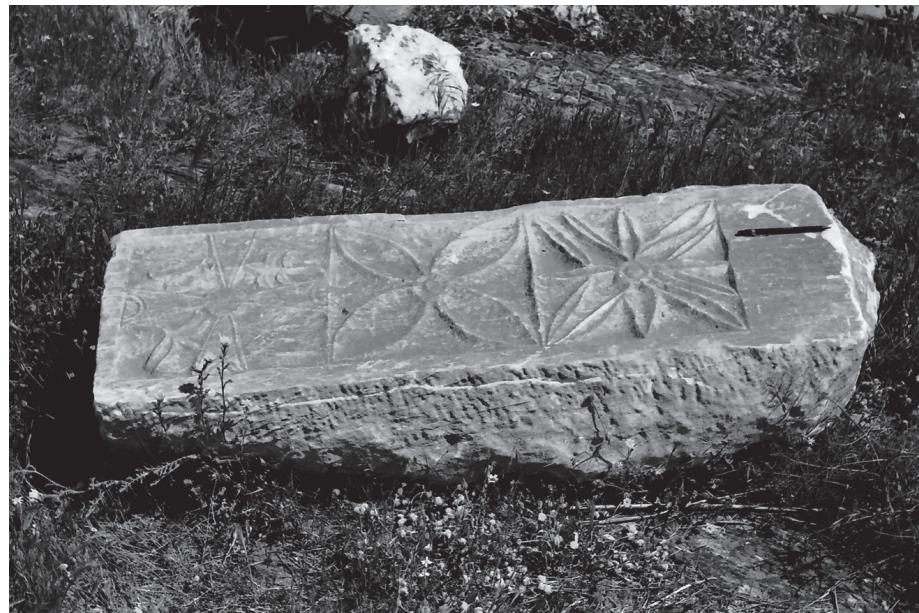


Figura 14 - Elemento encontrado *in situ* em Nogueiras/Horta Nova, na década de 80. Fotografia de Jorge de Oliveira.



Figura 15 - Bloco de mármore semitalhado encontrado em Nogueiras (Borba), com cruz grosseiramente desenhada.

*lata clara norte-africana A e D*, o que pode indicar contextos de ocupação de pleno século V, eventualmente VI. Seguramente que com métodos arqueométricos se poderá continuar a preencher o mapa de difusão das produções do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa, que nos últimos tempos tem registado significativos contributos.<sup>117</sup>

É necessário também equacionar que a produção de mármore alimenta o ressurgimento da centralidade de *Augusta Emerita* a partir do século V e, especialmente, no VI. A sua condição de capital da *Diocesis Hispaniarum* conduziu a um renovado esforço construtivo, dada a presença na cidade de uma elite atuante e apostada em retomar o grandioso papel da cidade. Neste renovado fulgor, a Igreja assume também um papel decisivo enquanto construtor dos novos lugares de centralidade, como sucede com o mausoléu da mártir Eulália. Para a capital provincial, dispomos de um documento da maior relevância, que nos permite acompanhar o processo construtivo de templos que usam o mármore como elemento primordial na decoração. Trata-se da *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*, um texto onde é descrito o memorial de Eulália: “Aquí, donde el brillo de relucientes mármoles, traídos de fuera y del proprio país, llena de esplendor el templo santo [...]”<sup>118</sup>.

A referência é particularmente importante, não só pelo valor documental, que mostra o papel insubstituível do mármore, mas pela referência a “trazidos de fora e do próprio país”: as redes de abastecimento mantinham-se eficazes, como aliás a cartografia dos naufrágios mediterrânicos evidencia para a Antiguidade Tardia.<sup>119</sup>

Até quando segue a exploração? Os dados são incertos e tornam-se cada vez mais difíceis de percecionar com a passagem dos tempos. Contudo, durante o reinado de Afonso III (866-910), a monarquia asturiana procede à encomenda de mármores chegados por via marítima de uma pedreira peninsular. É muito provável que o mármore de Estremoz/Vila Viçosa continuasse a desfrutar do seu papel de matéria-prima por excelência para as construções de prestígio.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> Carneiro, André. “Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo em época tardia”. In *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, coord. José d’Encarnação, Maria da Conceição Lopes e Pedro C. Carvalho, 281-308. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2016.

<sup>118</sup> Prudentius (348-410). *Himnus in honoris passionis Eulaliae beatissimae martyris*. BAC 427 (1981) III, 190-195.

<sup>119</sup> Sodini, Jean-Pierre. “Marble and stoneworking in Byzantium, seventh to fifteenth centuries”. In *The economic history of Byzantium from the seventh to the fifteenth century*, ed. Angeliki Laiou, 129-146. Washington: Dumbarton Oaks, 2002.

<sup>120</sup> Aranda González, Raul, e Anna Gutiérrez García-Moreno. “An approach to literary sources for knowledge of *marmora* in northern Spain in the Early Middle Ages”. In *A first approach Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA XII Proceedings of the Tenth*

## BIBLIOGRAFIA

- Adam, Jean-Pierre. *Roman building. Materials and techniques*. London, New York: Routledge, 2005.
- Alarcão, Adília (ed.). *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.
- Alarcão, Jorge de. *Roman Portugal*. Londres: Warminster & Phillips, 1988a.
- Alarcão, Jorge de. *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1988b.
- Alarcão, Jorge de. "A produção e a circulação dos produtos". In *Nova História de Portugal*, ed. Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques, 409-441. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1990.
- Alarcão, Jorge de, e António Tavares. "A roman marble quarry in Portugal". In *Studia pompeiana and classic in honor of Wilhelmina F. Jashemski*, ed. Robert I. Curtis, 1-12. New Rochelle, New York: A. D. Caratzas, 1989.
- Alarcão, Jorge de, e Robert Étienne. *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga I*. Paris: Diffusion E. de Boccard, 1977.
- Álvarez Martínez, José María, e Trinidad Nogales Basarrate. "Algunas consideraciones sobre la decoración de las *villae del territorium emeritense*: musivaria y escultura". In *Les campagnes de Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*, Collection de la Casa de Velázquez 47, ed. Jean-Gérard Gorges e Manuel Salinas de Frías, 273-296. Madrid, Salamanca: Casa de Velázquez, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.
- Andreu Pintado, Javier. "Los *marmora* de Lusitania: su uso como soporte epigráfico". In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*, ed. Virgínia García-Enterro, 315-330. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Antonelli, Fabrizio, Pilar Lapuente, David Dessandier, e S. Kamel. "Petrographic characterization and provenance determination of the crystalline marbles used in the Roman city of Banasa (Morocco): new data on the import of iberian marble in roman North Africa. *Archaeometry* 57, n.º 3 (2015): 405-425.
- Birley, Anthony. *Marcus Aurelius, a biography*. New York: Routledge, 2000.
- Cabral, João Peixoto, Carla Mustra, e Theodor Hauschild. "A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora". *Conímbriga* 43 (2004): 171-178.
- Canto, Alicia M. "Avances sobre la explotación del mármol en la España romana". *Archivo Español de Arqueología* 50-51 (1977-1978): 165-188.
- Canto, Alicia M. *Epigrafia romana de la Betúria céltica*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

*International Conference of ASMOSIA Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity*. Izmir, 8-14 Oct. 2018, comunicação pessoal. É certo que a interpretação da passagem tem levantado um considerável debate, mas deve ser considerada.

- Carneiro, André. *Itinerários romanos do Alentejo: uma releitura de “as grandes vias da Lusitânia”*, de Mário Saa, quarenta anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- Carneiro, André. “A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto”. *Hispania Antiqua* 33-34 (2009-2010): 237-272.
- Carneiro, André. “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa.” *Calipole* 21 (2013): 211-232.
- Carneiro, André. *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols., 2014.
- Carneiro, André. “Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo em época tardia”. In *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, coord. José d’Encarnação, Maria da Conceição Lopes e Pedro C. Carvalho, 281-308. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2016.
- Carneiro, André. “Vila Viçosa e a exploração do mármore em época romana”. In *Vila Viçosa. Vila ducal renascentista. Vol. III – Estudos históricos do dossiê de candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO*. Vila Viçosa: Município de Vila Viçosa, 2018.
- Carneiro, André. “Em busca das ‘Antiguidades’ no Alentejo. O movimento humanista português nos alvores da modernidade (1560-1600)”, *in press*.
- Chaves, Luís. “Estudos lusitano-romanos. I – A villa de Santa Vitória do Ameixial.” *O Arqueólogo Português* 30 (1956): 14-117.
- Cruz Villalón, María. “The use of marble in Lusitania between Rome and Islam”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 85-91. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.
- Encarnação, José d’. “Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d’Endovellicus.” In *Dedicanti e cultores nelle religioni celtiche*, ed. Antonio Sartori, 61-71. Milano: Cisalpino, 2008.
- Espanca, P.º Joaquim José da Rocha. *Memórias de Villa-Viçosa. Cadernos Culturais de Vila Viçosa* 1-35. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (1.ª ed. 1885).
- Fant, John Clayton. *Ancient marble quarrying and trade*. British Archaeological Reports 453. Oxford: B.A.R., 1988.
- García-Entero, Virgínia, e Sérgio Vidal. “El uso del marmor en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*, ed. Virginia García-Entero, 135-153. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Gonçalves, Luís Jorge. *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Studia Lusitana 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2007.
- González Herrero, Marta. “La figura de L. Cornelius L. F. Gal. Bocchvs entre los praefecti fabrvm originarios de Lusitania”. In *Lucius cornelius Bocchus. Escritor lusitano da*

- Idade da Prata da literatura latina*, ed. João Luís Cardoso e Martín Almagro-Gorbea, 245-258. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia, 2011.
- González Soutelo, Sónia, Anna Gutiérrez-García-Moreno, e Hernando Royo Plumed. “El sarcófago romano de Tui (Pontevedra): un ejemplo de la presencia de material marmóreo foráneo en el noroeste de la Península Ibérica”. *SPAL* 27, n.º 2 (2018): 229-246.
- Gregório de Tours (538-594), *History* 2.16, trad. P. Halsall.
- Hauschild, Theodor. “Untersuchungen am romischen temple von Évora: Vorbericht 1986/87”. *Madrider Mitteilungen* 29 (1988): 208-220.
- Hauschild, Theodor. “Algumas observações nas construções do foro de Ebora Liberalitas Iulia”. In *Ciudad y foro en Lusitania romana*, coord. Trinidad Nogales Basarrate, 27-36. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2010.
- Hirt, Alfred Michael. *Imperial mines and quarries in the roman world: organizational aspects, 27 BC-AD 235*. Oxford Classical Monographs. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Lopes, Luís, João Carrilho Lopes, João Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”. *A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129-140.
- Maciel, Manuel Justino. “Évora na Antiguidade tardia”. In *Évora, história e imaginário*, ed. Afonso de Carvalho, 27-42. Évora: Ataegina, 1997.
- Maciel, Manuel Justino. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 233-245.
- Mañas Romero, Irene. “Marmora de las canteras de Estremoz, Alconera y Sintra: su uso y difusión”. In *El marmor en Hispania: explotación, uso y difusión en época romana*, ed. Virgínia García-Entero, 331-346. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Mayer i Olivé, Marc. “A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133”. *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 26 (2008): 407-414.
- Mayer i Olivé, Marc. “Vibia Aurelia Sabina, una empreendedora hija de Marco Aurelio. Notas epigráficas”. *Sandalion* 31 (2009): 65-81.
- Matos, José Luís de. *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: coleção de escultura romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, 1995.
- Nogales Basarrate, Trinidad. “La escultura del territorio emeritense. Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana”. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, ed. Jean-Gérard Gorges e German Rodríguez Martín, 483-497. Madrid: Casa de Velázquez, 1999.

- Nogales Basarrate, Trinidad. “Plástica romana emeritense en el contexto de Hispania: modelos y difusión”. In *Roma y las provincias: modelo y difusión*, ed. Trinidad Nogales e Isabel Rodà, 653–670. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, vol. II, 2011.
- Nogales Basarrate, Trinidad, Jorge Gonçalves, e Pilar Lapuente. “Materiales lapídeos, mármoles y talleres en Lusitania”. In *Marmora Hispana: explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania romana*, ed. Trinidad Nogales e José Beltrán, 483–522. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2008.
- Nogales, Trinidad, Pilar Lapuente, e Isabel Rodà. “Dos nuevos retratos de Caesar Augusta”. *Actes XIV Colloque International sur l’Art Provincial Romain. June 2015, Dijon, France. Iconographie du Quotidien dans l’Art Provincial Romain: Modèles Régionaux*, 261–270. Dijon, 2017.
- Oleiro, José Manuel Bairrão. *Achado de dois sarcófagos numa pedreira em Pardais*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, 24 mar. 1966.
- Paciano de Barcelona, *Sermus de Paenitentibus*, X, 3.
- Pensabene, Patrizio. *I marmi nella Roma antica*. Roma: Carocci, 2013.
- Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Àlvarez, Anna Gutiérrez García-Moreno, Anna Domènec, e Hernando Royo. “Use of marmora in the ornamental program of Las Pizarras Roman site (ancient Cauca, Segovia, Spain)”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-Moreno, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 413–420. Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica, 2012.
- Plínio-o-Velho. N. H. XXXVII, 24.
- Prudentius (348–410). *Himnus in honoris passionis Eulaliae beatissimae martyris*. BAC 427 (1981) III, 190–195.
- Quintela, Armando, José Luís Cardoso, e José Manuel Mascarenhas. *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, 1986.
- Ramírez Sádaba, José Luís. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*. *Cuadernos Emeritenses* 21 (2003).
- Real, Fernando C. S. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”. In *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*, ed. Adília Alarcão, 77–82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.
- Russell, Ben. *The economics of the roman stone trade*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Saa, Mário. *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: edição do Autor, vol. 1, 1956.
- Sánchez Moreno, Eduardo, A. M. Lujan Díaz, e Walter Trillmich. “Observaciones en torno al escultor en la sociedad romana. Algunas cuestiones sobre la situación y consideración de los artistas/artesanos romanos”. *Cuadernos Emeritenses* 8 (1994): 72–118.

- Saquete, José Carlos. "L. Fulcinius Trio, Tiberio y el gran templo de culto imperial de Augusta Emerita". *Epigraphica* 67 (2005): 279-308.
- Styłow, Armin, e Ángel Ventura. "Los hallazgos epigráficos". In *El foro de Augusta Emerita. Genesis y evolución de sus recintos monumentales*, coord. Rocío Ayerbe, Teresa Barrientos e Félix Palma, 486-489. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.
- Taylor, Ruth. "Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España): un análisis arqueológico". Doutoramento, Universidad de Sevilla, 2017.
- Valero, Miguel Angel, Anna Gutiérrez García-Moreno, e Isabel Rodà. "First preliminary results on the marmora of the Late Roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 393-401. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015.
- Vasconcelos, José Leite. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 1905.
- Vidal, Sergio. "Análisis arqueométricos del sarcófago de Pueblanueva (Toledo) y estudio de cinco fragmentos de sarcófago procedentes de Pueblanueva en las colecciones del Museo Arqueológico Nacional". *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 34 (2016): 195-210.
- Vidal, Sergio. "Los sarcófagos tardoantiguos de Hispania: nuevos datos a partir de los análisis arqueométricos de los sarcófagos del Museo Arqueológico Nacional". In *Escultura romana en Hispania VIII. Homenaje a Luis Baena del Alcázar*, ed. Carlos Márquez e David Ojeda, 143-161. Córdoba: UCOPress, 2018.
- Vidal, Sergio, e Virgínia Garcia-Enter. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413-420. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015.